



# Anais da Assembléia

Nº 85

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 18 DE AGOSTO DE 1987

ANO XIII

<sup>a</sup>  
1. SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 71.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 1.987  
TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Eduardo Baggio, secretariada pelos Srs. Deputados Amélia Hruschka e Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (53). Achan-do-se ausente o Sr. Deputado Homero Oguido. (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Está em votação a ata que acaba de ser lida. - Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação da ata.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) A Mesa defere e irá proceder à verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.<sup>o</sup> Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

33 Srs. Deputados responderam à chamada nominal. Há "quorum" para verificação de votação.

Em votação a Ata. - Aprovada.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N. 59/87

Curitiba, 06 de agosto de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de JANDAIA DO SUL, os lotes de terreno n. 12, 13, 14 e 15, da quadra n. 127, com área total de 4.011,53m<sup>2</sup>, situados na Vila Paião, na sede daquela municipalidade, adquiridos pelo Estado do Paraná, conforme matrícula n. 1707, do Cartório do 2.<sup>o</sup> Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Jandaia do Sul.

A medida legal ora submetida a essa Augusta Casa de Leis consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Comunidade, eis que o imóvel cuja doação se pretende efetivar será utilizado na execução de projetos de implantação do Parque Industrial de Jandaia do Sul, o que, sem dúvida, virá ensejar maior oferta de empregos para aproveitamento da mão-de-obra local, bem como sensível melhoria na arrecadação da receita pública, com o conseqüente progresso da Região.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 166

Art. 1.<sup>o</sup> - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Jandaia do Sul os lotes n. 12, 13, 14 e 15, da quadra n. 127, com a área total de 4.011,53m<sup>2</sup>, situados na Vila Paião, naquela municipa-

Lidade, contendo um barracão construído de madeira em precário estado de conservação, objeto da matrícula n. 1707, do Cartório do 2.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Jandaia do Sul.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

- À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 61/87

Curitiba, 06 de agosto de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Convênio n. 262/86, celebrado em 23 de julho de 1986, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e o Município de CASCAVEL, objetivando a aplicação de recursos financeiros na implantação do Projeto "PRÓ-CRIANÇA".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 62/87

Curitiba, 06 de agosto de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Convênio n. 87/87, celebrado em 24 de março de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e o Governo Federal, representado pelo Ministério da Educação, objetivando estabelecer os termos em que se processará a assistência técnica e financeira da União para o desenvolvimento da programação de ações educacionais e desportivas apresentadas pelos Estados, Territórios e Distrito Federal.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 63/87

Curitiba, 06 de agosto de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva modificar a redação do art. 2.º, da Lei n. 7682, de 08 de dezembro de 1982.

Conforme autorização contida na mencionada Lei, o Poder Executivo doou ao Município de Foz do Iguaçu, áreas de terreno para serem exclusivamente destinadas à construção de residências para famílias de baixa renda e para edificação de um asilo para pessoas idosas.

Ocorre que o Município de Foz do Iguaçu pretende utilizar parte de tais áreas na construção, também, de uma escola profissionalizante, com vistas à formação de mão-de-obra qualificada, e, assim, preparar contingente de jovens para as várias funções e empregos que surgirão com a implantação do "Centro Industrial de Foz do Iguaçu".

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, pois se aprovado, virá ensejar condições no sentido de que o Município donatário edifique a mencionada escola profissionalizante.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - O Art. 2.º da Lei n. 7682, de 08 de dezembro de 1982, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 2.º - Os imóveis objeto da doação de que trata esta lei destinam-se, exclusivamente, à construção de residências para famílias de baixa renda, construção de um asilo para velhos e construção de escola profissionalizante."

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

- À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 64/87

Curitiba, 06 de agosto de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, cópia autêntica do termo aditivo n. 1, datado de 05.12.86, de retificação e ratificação do Convênio n. 80/86, celebrado em 20.08.86, entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL e o Estado do Paraná, através da Secretaria de

Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, com a interverniência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, objetivando a execução de obras, em conformidade com o Programa Especial de Controle de Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 65/87

Curitiba, 06 de agosto de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas do Convênio n. 04/87, celebrado em 03 de julho de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e seu Departamento de Estradas de Rodagem, de um lado, e de outro, a Universidade de São Paulo, no interesse da Escola Politécnica da Universidade do Estado de São Paulo e seu Departamento de Engenharia de Transportes, objetivando operacionalizar um Programa de Desenvolvimento na área de pesquisa, sob o título "Estabilização de Solos Argilosos Lateríticos com Cal e Cimento."

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 66/87

Curitiba, 06 de agosto de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 21 de julho de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de Apucarana, Arapongas, Campo Mourão e Paranaguá, objetivando ação conjunta no senti-

do da execução do "Balizamento Noturno" do aeroporto da sede dos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob os números DTL/96 a DTL/108/87, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n. 67/87, 15/87, 65/87, 247/86, 16/87, 41/87, 262/86, 270/86, 188/86, 287/85, 165/86, 38/87 e 23/87, os quais convertidos em lei tomaram os números 8.529 a 8.541, respectivamente. - Anote-se. Arquive-se.

Sob o número 61/87, datado de julho próximo passado, da Presidência da Câmara Municipal de Santo Antônio do Sudoeste - PR, nos seguintes termos:

Por unanimidade de votos, esta Casa de Leis aprovou proposição verbal do nobre edil Pedro Dias Ortega, o qual solicita a esta Prresidência envio de um voto de protesto aos Parlamentares que não estão cumprindo com a missão para a qual foram eleitos, pois são apresentados projetos para estudos e aprovação (Estado do Iguaçu), são aprovados e depois dão entrevistas à televisão dizendo que a matéria foi aprovada porque passou despercebida, ou não estavam presentes à sessão ou possuem diversas opiniões sobre a matéria, e a opinião pública fica nos cobrando estas atitudes. -Ao conhecimento da Casa.

Sob o número 109/87, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei n. 06/87, o qual convertido em lei tomou o número 8.542. - Anote-se. Arquive-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 103/87, de autoria do mesmo, que declara de utilidade pública a Associação de Senhoras de Rotarianos de Chopinzinho - "Casa da Amizade", com sede e foro na Cidade de Chopinzinho - PR.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 178/86, de autoria do Executivo, através da Mensagem n. 93/86, que visa aperfeiçoar alguns itens do Estatuto Estadual das Microempresas.

Do aprovado, REQUER, ainda, que seja dado ciência, ao ilustre Senhor Ercílio Santinoni, digníssimo Presidente da Federação de Micro e Pequenas Empresas do Paraná. (R. XV de novembro, 171 - Galeria Edifício D. Eulália - 87.013 - MARINGÁ - PR.).

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

A solicitação em pauta prende-se ao fato de que faz muitos meses que o presente Projeto de Lei deu entrada nesta Casa e não foi ainda apreciado pelos nobres Deputados em Plenário.

Sua aprovação vai permitir a alteração do limite de faturamento das empresas para o enquadramento na categoria de microempresas que atualmente é de cinco mil OTNs anuais para empresas com até dois empregados o qual está muito defasado.

A alteração impedirá o desenquadramento destas empresas que, caso contrário, seriam obrigadas a paralisar suas atividades, já que a grande maioria dos empresários ainda não saldou seus compromissos junto aos bancos, efetuados durante o Plano Cruzado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, em uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, data vênia à Douta Mesa, após ouvir o Egrégio Plenário, seja considerado em Regime de Urgência o Projeto de Lei n. 146/87, que institui o estudo de prevenção contra a AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, da quinta à oitava séries do primeiro grau na disciplina de Ciências e no segundo grau na disciplina de Biologia, em todas as instituições de ensino do Estado.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 152/87, de autoria da Deputada Vera Agi-

bert, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DAS SENHORAS DOS DEPUTADOS ESTADUAIS", com sede e foro nesta Capital.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para a tramitação da Mensagem Governamental n. 58/87, que solicita a intervenção do Município de Mallet, pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por três Sessões do Projeto de Lei n. 42/87, de sua autoria, que estabelece o cadastramento de empresas de produção circense, de teatros ambulantes e demais companhias congêneres.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o retorno às Comissões, do Projeto de Lei Complementar n. 053/87 (oriundo da Mensagem n. 40/87 do Poder Executivo), para apreciação das Emendas a ele apresentadas.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado David Cheriegate ao final assinado, no desempenho de suas atribuições constitucionais, e na forma regimental, com os demais Deputados que compõem o número legal prescrito, REQUER, após ouvido o Plenário, fulcrado no artigo 19 da Constituição do Estado do Paraná, a criação, pela Assembléia Legislativa do Estado, de uma "Comissão Parlamentar de Inquérito"- CPI, composta por sete membros, pelo prazo de noventa dias, com a finalidade de apurar as Irregularidades Denunciadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Álvaro Fernandes Dias concernentes à administração do Banco do Estado do Paraná e do Banco Del Paraná.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) DAVID CHERIEGATE

Apoiamento: José Alves, Antônio Costenaro Neto, Algaci Túlio, Valderi Mendes Vilela, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Lindolfo Júnior, João Arruda, Luiz Carlos Alborghetti, Basílio Zanusso, Antônio Belinati, Werner Wanderer, Amélia Hruschka, Ezequias Losso, Luiz Alberto Oliveira, Alexandre Ceranto e David Cheriegate.

#### JUSTIFICATIVA:

##### I O FATO DETERMINADO

Como se vê da publicação anexa, a imprensa do Paraná editou, a partir do dia 09 de agosto de 1987, o "Dossiê do escândalo do Banco Del Paraná" sediado no Paraguai, fornecido pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Professor Álvaro Fernandes Dias, confirmando o volumoso trabalho de divulgação que há tempos vem sendo divulgado pela imprensa paranaense, onde o Senhor Governador do Estado denuncia:

"Ocorreu uma acentuada deterioração do patrimônio do Banco Del Paraná, para isso concorrendo fatores como operações desastrosas, golpes, uso indevido de recursos e indisciplina operacional. Desde o início de suas atividades, o Banco del Paraná enfrentou o sério problema do prejuízo em operações mal conduzidas, fato que, associado às condições de mercado e à má administração, corroeu rapidamente o seu patrimônio e levou-o à precária situação em que hoje se encontra, com péssimo efeito na sua rentabilidade, privada de preciosos recursos esterelizados na conta "Créditos em Liquidação", ou já transferidos para "Prejuízos". O quadro a seguir reproduzido mostra a curva descendente da rentabilidade do Banco del Paraná..."

Em números, essa denúncia, especifica que teriam sido desviados do Banco del Paraná, para guarda não identificada de seus responsáveis, os seguintes valores:

- "Em operações de câmbio (adiantamento para exportações) US\$ 866.960,45";

- "Dois desvios praticados por funcionários paraguaios, constantes de omissões de cheques contra o Swiss Bank Co., por Roberto Fernandes Jara e Odervail Figueiredo Lula, nos valores de 60,50 e 50 mil dólares americanos, entregues a Gregório Benitez Vilagra, cobertos pelo Banco del Paraná..."

- "Golpe no valor de 7.547.500 guaranis, praticado pelo funcionário Aristides Maria Romero Salermo..."

- "Golpe de 57.514.755,00 guaranis, entregues aos Senhores Líryo Bertoli e Juarez Elias Sarú..."

- "Compra de um casal de cisnes, por ordem de Aramys Correa Fernandes, para presentear um político brasileiro, no valor de 2.000 dólares..."

- "dispendio de vultosa quantia na cobertura de despesas de políticos..."

- "...moralmente sendo responsáveis por esta lamentável obra a seguir arrolados: Dr. José Carlos Campos Hidalgo; Dr. Líryo Bertoli; Dr. Enrique Badaña Pecci; Dr. Mário Dionísio de Almeida; Dr. Juarez Elias Sarú; Dr. Aramys Correa Fernandes; Sr. Ezídio Oro; Sr. Luiz Piaskowski; Sr. Elídio Oro; Sr. Oderval Figueiredo Lula; Sr. Aristides Maria Romero Salermo; Sr. Roberto Fernandes Jara; Sr. Gregório Benitez Vilagra".

Além desta relação do dossiê, outros fatos que devem ser investigados são arrolados em farta publicação de imprensa, no Brasil e no Paraguai, constituindo, por isso fatos públicos e notórios que poderão vir, a qualquer tempo ao bojo da CPI.

##### II- O INTERESSE

Evidencia-se o interesse do Poder Legislativo do Estado do Paraná, na elucidação plena desta denúncia, porque, em se tratando de acontecimento financeiro internacional, ele denigre a imagem política e o conceito econômico do Estado do Paraná com reflexos negativos à própria idoneidade internacional do povo brasileiro. E, certamente, os prejuízos nos negócios externos do Paraná já estão se fazendo sentir.

Urge, pois, que a Assembléia Legislativa, pelo meio legal que lhe é confiado pela Constituição do Estado, promova a apuração desse acontecimento com o fim de reestabelecer a honradez externa do Paraná, pedir à Justiça a punição de culpados e responder com hombridade compatível o corajoso empenho do Senhor Governador, em prestando-lhe assim, o apoio parlamentar ativo e sem subserviência, como é encarregado a cada membro deste Poder.

##### III- RESPONSABILIDADE

Embora não compita à CPI a verificação prévia das figuras da responsabilidade penal e civil, a investigação não tem restrições, podendo por isso a exordial ser complementada, se houver determinação dos fatos.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o Arquivamento do Projeto de Lei nº 157/87, de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado que declara de Utilidade Pública a "Associação de Senhoras de Rotarianos de Figueira", com sede e foro no Município de Figueira, por ter a Lei nº 8.474, declarada de Utilidade Pública, a referida Entidade.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

LEI N° 8474

Data: 18 de maio de 1987.

SÚMULA: Declara de utilidade pública, as entidades constituídas no Estado do Paraná, integrantes das instituições "LIONS CLUB DO BRASIL" e "ROTARY CLUB DO BRASIL".

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1°- Ficam declaradas de utilidade pública as entidades constituídas no Estado do Paraná, integrantes das instituições "LIONS CLUB DO BRASIL" e "ROTARY CLUB DO BRASIL".

Art. 2°- Para os fins previstos no artigo anterior, considera-se as entidades filiadas e devidamente registradas junto às Associações Internacionais do Lions Club e Rotary Club, desde que preencham todos os requisitos da Lei n° 6.994, de 10.01.78.

Art. 3°- Fica extensiva a declaração de Utilidade Pública, prevista no art. 1°, às sociedades organizadas por segmentos destas entidades que se dedicarem à assistência social, filantrópica ou cultural (Casa da Amizade, etc).

Art. 4°- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba,  
em 18 de maio de 1987.

(aa) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTÔNIO ACIR BREDÁ

Secretário de Estado da Justiça

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à Mesa da Assembléia Legislativa, seja designado o dia 23 de setembro, do ano em curso, para entrega solene do Título de "Cidadão Honorário do Paraná", ao poeta Liberalino Stevan.

O título tem sua origem em Projeto de Lei da iniciativa do ex-Deputado Antônio Lopes, já falecido, e que foi transformado na Lei n° 6.213/71.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado na Ata desta sessão um voto de profundo pesar pelo falecimento de Antônio

Marques, ocorrido no último domingo, dia 16.

O lamentável acontecimento veio enlutar a sociedade paranaense, especialmente a comunidade evangélica de Altônia, onde o falecido gozava de grande estima e respeito, mercê da sua conduta e exemplo de vida.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão do Plenário à família enlutada e à Igreja Batista de Altônia.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, a inserção em Ata, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento ocorrido em Curitiba, no dia 12 de agosto do corrente ano, da Sra. Aracy da Conceição de França, viúva do Sr. Deodato Antero de França, deixando seis filhos.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada. (Av. Silva Jardim, 1367 - ap. 12-A, nesta Capital).

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

#### JUSTIFICATIVA:

Com a idade de oitenta e nove anos, a extinta, além dos seis filhos, deixou vinte e três netos, vinte e quatro bisnetos e uma tataraneta.

Nascida em Morretes, era professora aposentada, tendo sido a primeira Diretora do atual Colégio Estadual Marquês de Caravelas, de Arapongas, e uma das fundadoras e primeira Presidenta da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Arapongas-PR.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER que seja consignado em Ata, um voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Deputado Senhor Adalberto Daros, ocorrido em 16 de agosto do corrente ano.

O extinto deixou viúva a Senhora Nelci Daros e dois filhos.

Do aprovado, REQUER, ainda, seja dado ciência à família enlutada. (Rua Comendador Franco n° 1333 - ap.162, nesta Capital).

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja inscrito nos Anais desta sessão, um voto de profundo pesar pelo passamento do Professor Ozias Boris Feiges, ocorrido nesta Capital.

REQUER ainda, seja enviado expediente, uma vez aprovado, à família enlutada (Viúva Senhora Madriselva Feiges - Rua Dr. Pedro A.M.B. Monclaro, 630 - ap. 3A - Água Verde - Curitiba - PR).

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

#### JUSTIFICATIVA:

Faleceu nesta Capital, no dia 12 de agosto do corrente ano, o Professor Ozias Boris Feiges, aos cinquenta e quatro anos de idade, após longa enfermidade. Lecionou durante muitos anos no Colégio Estadual do Paraná e no Instituto de Educação.

Foi membro da Comissão de Concurso de Ensino Primário e exerceu várias funções de chefia na Secretaria de Estado da Educação. Batalhador incansável pelas causas do Magistério Paranaense, o Professor Ozias sempre defendeu as causas do professorado e sempre esteve presente nas grandes lutas da classe.

À sua esposa, Senhora Madriselva Feiges, esta Casa dedica a mais honrada consideração e apreço.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento da Senhora Lurdes Venski, ocorrido em 06 de agosto, na cidade de Imbituva-PR.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) VERA AGIBERT.

#### JUSTIFICATIVA:

A Senhora Lurdes Venski era esposa de Airton Venski, de família tradicional de Imbituva. Dedicou a sua vida ao serviço comunitário e à formação cristã dos seus familiares, um trabalho devotado que lhe garantiu muitas amizades e eterna lembrança.

Uma vida útil foi ceifada em prejuízo daqueles que se acercavam dos seus conselhos e da sua generosidade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual Adalberto Daros, ocorrido ontem, dando-se ciência deste requerimento aos familiares do extinto.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) CAÍTO QUINTANA.

#### JUSTIFICATIVA:

Adalberto Daros nasceu em 29 de setembro de 1944, em Curitiba, sendo filho do ex-Deputado Waldemar Daros e dona Maria Magdalena Daros.

Diplomado em Direito pela Universidade Católica, já durante os tempos de acadêmico presidiu o Centro Acadêmico 2 de Julho, revelando um espírito talhado para as lutas em prol da coletividade.

Funcionário desta Casa de Leis, elegeu-se Vereador em 1968 e foi reeleito na legislatura seguinte. Em 1975, foi eleito Deputado Estadual, participando das Comissões de Constituição e Justiça, Turismo e Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Atualmente ocupava as funções de Procurador deste Poder Legislativo e seu prematuro falecimento deixa uma lacuna na política estadual.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do sindicalista Arlindo Martins, Secretário Geral do Sindicato dos Bancários de Curitiba, ocorrido na data de 15.08.87, nesta Capital, em acidente automobilístico.

REQUER ainda, que se dê ciência do presente à família do mesmo ao Sindicato dos Bancários de Curitiba e à Federação dos Bancários do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) PEDRO TONELLI.

#### JUSTIFICATIVA:

Arlindo Martins, contava com trinta e um anos de idade, funcionário do Banco do Brasil. Assumiu a Secretaria Geral do Sindicato dos Bancários de Curitiba em 22 de junho deste ano, tendo sido eleito juntamente com seus companheiros de chapa.

Conhecido pela sua luta intransigente na defesa dos interesses da classe trabalhadora, Arlindo deixa vaga uma lacuna difícil de ser preenchida, dada a sua combatividade.

Militante da CUT e do PT, fez parte da Diretoria Estadual da CUT do Paraná e era um dos organizadores da Greve Geral marcada para o próximo dia 20 de agosto, sendo delegado da Diretoria do Sindicato dos Bancários para participar do II Congresso Estadual da CUT Paraná que se realizará em Londrina nos dias 21, 22 e 23 de agosto próximo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no



uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Ovídio Luiz Presendo, ocorrido na cidade de União da Vitória.

REQUER outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Aos sessenta e dois anos de idade, faleceu na cidade de União da Vitória o industrial Senhor Ovídio Luiz Presendo.

Deixou viúva Dona Aurora e os filhos: Luiz, Odete, Ivone, Terezinha, Loreno e Neiva Maria.

O passamento do Senhor Ovídio veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como nos meios empresariais e no seu grande círculo de amigos de toda a região.

A vida privou seus familiares e amigos de seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos e sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo, e ele será acolhido para a vida eterna.

Seus familiares e amigos choram sua falta, e a Assembléia Legislativa do Paraná tem o sagrado dever de associar-se à dor que abalou a todos, endereçando voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado à família do ex-Deputado Adalberto Daros voto de profundo pesar pelo falecimento do mesmo.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) PIRAJÁ FERREIRA.

JUSTIFICATIVA:

O ex-Deputado Adalberto Daros, falecido no dia 16 de agosto do corrente ano, era casado com a Senhora Nelci Daros e deixa dois filhos.

Seu nome ficará para a posteridade, porque sempre soube contribuir para com aqueles que o procuraram e sempre tiveram boa acolhida da sua parte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje voto de profundo pesar pelo falecimento do poeta Carlos Drumond de Andrade, ocorrido ontem no Rio de Janeiro.

REQUER outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

A morte calou Carlos Drumond de Andrade que, juntamente com Manoel Bandeira, foi a expressão máxima da poesia e da literatura brasileira neste século. Integran- te do movimento modernista, esse mineiro de Itabira, discreto e delicado, conseguiu um feito raro - a admiração unânime da intelectualidade por mais de quarenta anos, e o carinho do público.

Drumond, com sua riquíssima obra poética, transformou-se em sinônimo de poesia no Brasil, o cantor maior da alma e do sentimento de seu povo. Por isso, como bem lembrou Affonso Romano de Sant'Anna, ele foi talvez o mais amado de nossos poetas, uma figura-síntese da ternura.

Contido, sábio, Drumond usou a palavra como se fosse o próprio sentimento, a mensageira das melhores e mais belas idéias. Com sua morte, todos nos sentimos um pouco vazios, um pouco órfãos, saudosos da candura com que o poeta nos disse tantas e tão importantes verdades.

Para que fique gravado nos Anais desta Casa, transcrevemos alguns de seus pensamentos:

"(SERINGUEIRO)

A selva. A lodição. Caboclo a trabalhar.

A árvore compassiva deixa-se sangrar.

(TRITICULTOR)

O pão dorme virtual, nesta verdura.

Quem a semeia é santa criatura.

(OPERADOR DE MERCADO ABERTO)

Instante a instante, o overnight faz oscilar suas taxas.

O operador impassível navega entre altas e baixas.

(TRATORISTA)

Ao poder destes braços e da máquina, a cansada lavoura reverdece.

(ENFERMEIRO)

Servir à alheia dor-gesto profundo que vai humanizando o horror do mundo.

(APANHADOR DE CAFÉ)

Mãos calejadas colhem vermelhas bagas luzidias que amanhã serão delícia e hora de papo.

(VAQUEIRO)

Na extensão da invernada o olho do vaqueiro abrange o gado inteiro ao nitrir da alvorada.



(TELEFONISTA)

Deusa-escrava do som, a voz sem rosto  
tem algo de sigilo do sol-posto.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata da presente sessão um voto de congratulação à Schause Indústria Mecânica e Eletrônica pelo recebimento do "Prêmio Destaque Indústria 87", entregue pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná durante a comemoração de seu 43º aniversário.

A referida empresa, constituída por ilustres paranaenses, representa muito bem a pujança da nossa gente que pela fé e trabalho proporcionam o progresso do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata da presente sessão um voto de congratulação à Ordepar Ltda pelo recebimento do "Prêmio Destaque Indústria 87", entregue pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná durante a comemoração de seu 43º aniversário.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata da presente sessão, um voto de congratulação à CODIMAQ - Equipamentos Rodoviários Ltda., pelo recebimento do "Prêmio Destaque Indústria 87", entregue pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná durante a comemoração de seu 43º aniversário.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário voto de congratulações ao Elos Clube de Umuarama, pela comemoração do "Dia do Elismo", comemorado no dia 8 de agosto.

Do aprovado, REQUER, ainda, que seja dado ciência ao ilustre Senhor José Luiz Moraes - (Rua Paraíba, 5504 - Umuarama), digníssimo Presidente da referida entidade.

de.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

## JUSTIFICATIVA:

O Elismo é um movimento cultural de congregação de valores humanos dispostos a defender e promover a boa compreensão entre os povos de todo o mundo.

Veículo de propagação e de defesa dos ideais que informam a Comunidade Lusíada, é, também, o Elismo, por decorrência e paralelamente, fonte de alta confraternização de todos quantos nele se integram.

Tendo por trilha inicial a expansão do idioma português, assim como de sua origem, cultura, usos e costumes, por lugares, os mais diversos e distantes, sejam quais forem as suas peculiaridades locais, próprias ou típicas, o Elismo é, ainda, um símbolo de manutenção e sobrevivência, em qualquer parte do mundo, dos princípios e ideais que o Humanismo a História e a Língua-Mater conferiram e consolidaram aos homens de todos os tempos.

Parte da Carta de Princípios Elistas.

O Elismo foi fundado por Eduardo Dias Coelho, que nasceu em Santos, Estado de São Paulo, aos 14 de outubro de 1915 e faleceu em 12 de fevereiro de 1983. Mas suas veias corria genuíno sangue português e no seu prodigioso cérebro concentrava-se uma cultura geral adquirida em Portugal e Brasil, que lhe abriu as portas da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, onde se licenciou, com elevadas classificações.

Foi esse homem, hoje saudades, Eduardo Dias Coelho, que idealizou o Elismo, com a ideologia de irmanar-se com a pátria de origem o mundo de fala portuguesa, com mais de cento e cinquenta milhões de almas. Um mundo de princípios e raízes iguais, um mesmo conjunto de valores culturais, psicossociais e sentimentais. Um mundo lusíada à imagem do que sempre representou Eduardo Dias Coelho: de amor e paz, de progresso e bem-estar.

Nisso se concretiza a meta do Elismo, sonhada por Dias Coelho, a sua principal razão de ser. E nestas palavras do fundador do Elismo está toda a sua razão de ser:

"Um continente lusíada de proteção à nossa cultura, à nossa religião, ao nosso conceito de família, aos nossos padrões morais, à nossa maneira de ser e às nossas formas de estar. As mesmas terras para plantar, os mesmos rios para pescar, os mesmos mares para navegar, em defesa da nossa vida, pela vida e com a vida, se preciso for..."

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado em Ata desta sessão, voto de congratulações à Federação das Indústrias do Estado do Paraná, que ontem comemorou quarenta e três anos de honrado trabalho em prol das indústrias de nosso Estado.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência à referida Federação.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja consignado em Ata, voto de congratulação à nova Diretoria da Associação dos Servidores Públicos Municipal de Cruzeiro do Oeste, na pessoa do seu Presidente eleito Senhor José Benito Almodovar.

Do aprovado, REQUER, ainda que se dê ciência ao ilustre Presidente, (Av. Brasil, S/N - CEP - 87.400 - Cruzeiro do Oeste - Pr.).

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

#### JUSTIFICATIVA:

No último dia 29, às 17 horas na Biblioteca, a Associação dos Servidores Públicos Municipal de Cruzeiro do Oeste promoveu solenidade de posse de sua nova diretoria, que está encabeçada por José Benito Almodovar, que recebeu o cargo do Ex-Presidente Armando Cerci Júnior.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, com base no art. 184, § 1º, inciso IV do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Egrégio Plenário, conste da Ata dos trabalhos de hoje, voto de congratulações à Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela instituição do Projeto Quinta Cultural.

A feliz iniciativa foi idealizada pelo ilustre reitor João Lubczyk e sua execução será de responsabilidade do Centro de Criatividade daquela Universidade.

Seu objetivo é estimular os universitários na participação e promoção de eventos de caráter artístico e cultural, onde serão representadas peças de teatro, dança, folclore, música, cinema, artes plásticas e outras propostas que visem o desenvolvimento cultural e tragam uma edificante mensagem aos jovens pontagrossenses.

O projeto também pretende ajudar na divulgação, estímulo e revitalização de grupos ou pessoas da região dos Campos Gerais, que desenvolvam trabalhos voltados à área cultural.

Além de uma vasta programação já estipulada, no próximo dia 27 a Quinta Cultu-

ral iniciará a III Semana da Cultura, cuja promoção será executada pelo Centro Acadêmico.

Parabenizamos a Universidade Estadual de Ponta Grossa, na pessoa de seu reitor, João Lubczyk, por tão importante realização, que, sem dúvida alguma, trará grandes benefícios não só aos universitários, mas, ainda, aos artistas da região, que terão agora um espaço aberto para suas manifestações culturais.

Requeiro que cópia deste expediente seja enviada ao Senhor João Lubczyk, digníssimo reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações ao Bispo D. Agostinho José Sartori, por ocasião da instalação da Diocese de Francisco Beltrão em 16 de agosto de 1987.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) HAROLDO RODRIGUES

#### JUSTIFICATIVA:

São incontáveis os benefícios advindos da implantação da Diocese de Francisco Beltrão uma vez que ela se propõe a "Evangélizar, num processo de conversão, comunhão e participação, o povo do Sudoeste do Paraná, a partir da verdade sobre Jesus Cristo, a Igreja e o Homem, à luz da opção preferencial pelos pobres, buscando obter uma clara e corajosa profissão da fé, visando assim a construção de uma sociedade justa e fraterna.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER, que seja consignado em Ata desta sessão, voto de congratulações ao ilustre Senhor Jamil Helu, pela posse na Governadoria do Distrito L-21, do Lions Clubs Internacional, pelo período 87/88.

Do aprovado, REQUER, ainda, que se dê ciência ao homenageado (Rua Perobal, 4812 - Umuarama), e ao Doutor Massachi Mariuschi, digníssimo edil da Câmara Municipal de Umuarama.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

#### JUSTIFICATIVA:

O movimento leonístico teve início nos Estados Unidos em 1917, quando um grupo de clubes independentes atendeu ao apelo idealístico a eles dirigido, por um jovem agente de seguros de Chicago, Melvin Jones. O ideal consistia na prestação de

serviços em grupos aos necessitados, sem levar em consideração ideologia política, religião, raça nem tampouco os interesses pessoais do associado.

Estes clubes foram introduzidos como uma fuga à tendência daquela época, de organizar clubes basicamente visando interesses comerciais. Em 7 de junho de 1917, foi realizada uma conferência contando com a participação de 25 clubes independentes. A partir desta reunião a organização estava criada, tornando-se no momento uma das mais bem organizadas associações. A denominação oficial do "LIONS", é: "Associação Internacional de Lions Clubes", ou simplesmente "Lions Clubs Internacional".

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Dr. Osmar Fernandes Dias, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento pela realização, no Paraná, do 1º Encontro Nacional de Secretários de Agricultura, iniciado hoje em Toledo.

REQUER outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Dr. Osmar Fernandes Dias.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

A fundamentação dessa manifestação se prende ao fato de que Osmar Fernandes Dias vem realizando à frente da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento uma gestão inovadora, que valoriza o desempenho do excelente corpo técnico do órgão, à serviço do desenvolvimento da agropecuária paranaense e buscando a integração do produtor rural.

Neste sentido, inclusive, a instalação do Encontro em Toledo, serve para assinalar o sucesso do Programa de Microbacias, um conceito novo de proteção ao solo e de agricultura integrada, que o Paraná lançou como um sucesso que vem sendo acompanhado de perto por todo o País. A liderança de Osmar Dias é incontestável em sua área, tanto que conseguiu trazer para o Paraná o Primeiro Encontro Nacional de Secretarias de Agricultura, inclusive com a presença do Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, Íris Rezende.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênica à douta Mesa,

após ouvir o magnânimo Plenário, seja inserido nos Anais desta histórica sessão, votos de regozijo ao Engenheiro Agrícola Cleverson Vitorio Andreoli, por sua ascensão à Presidência da Associação Brasileira das Entidades do meio ambiente - ABEMA, no mês de junho próximo passado.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao homenageado, à rua Engenheiro Rebouças, 1206 nesta Capital.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

#### JUSTIFICATIVA:

É com alegria e satisfação que propomos a inserção nos Anais desta histórica Sessão de votos de regozijo ao Engenheiro Agrícola Cleverson Vitorio Andreoli por sua ascensão à Presidência da Associação Brasileira das Entidades do Meio Ambiente, integrada pelos órgãos executores da política nacional de Meio Ambiente.

Superintendente da SUREHMA - Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente no Paraná, Cleverson Andreoli é agora reconhecido nacionalmente por seu trabalho brilhante que vem desenvolvendo e mais uma vez o Paraná se faz representar na esfera federal por um técnico da mais alta competência, de lisura e seriedade comprovadas. Parabéns Engenheiro Cleverson Andreoli. Parabéns Paraná. É a justificativa.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de voto de louvor ao doutor Ademar Venâncio Martins, Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Cianorte, com posterior comunicação do mesmo ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Mário Lopes dos Santos.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) DIRCEU MANFRINATO

#### JUSTIFICATIVA:

O Juiz Aldemar Venâncio Martins, prestou e vem prestando relevantes serviços ao Poder Judiciário no Município de Cianorte, através de uma postura coerente e decisões que vêm ao encontro dos anseios da comunidade local.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado um Telex ao Presidente do IBGE, no Rio de Janeiro, Senhor Edson de Oliveira Nunes, solicitando máxima urgência para o atendimento do protocolo n. 3656/87, refe-

rente a dados sobre a emancipação do Distrito de Ouro Verde, Município de Toledo, conforme texto em anexo.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) SABINO CAMPOS

TELEX:

PARA: Sr. Edson de Oliveira Nunes

DD. Presidente do IBGE - Rio de Janeiro - RJ.

Solicitamos máxima urgência para atendimento do protocolo n. 3656/87, referente ao fornecimento de certidão sobre população e número de residências do Distrito de Ouro Verde (Toledo - PR), tendo em vista Projeto de Lei de emancipação daquele Distrito.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à Mesa da Assembleia Legislativa, após ouvido o Plenário, o encaminhamento, ao Senhor Secretário de Estado da Educação, do seguinte

#### PEDIDO DE INFORMAÇÕES

A Secretaria de Educação mantém convênio com o MEC/BIRD, há quatro anos, com a finalidade de equipar o Instituto Politécnico Estadual, localizado em Curitiba. Com base em respostas recebidas do titular dessa Secretaria, dando conta que a falta de recursos poderá determinar a transferência do Instituto para o CEFET, para melhores esclarecimentos, indagamos:

1. Qual o programa de aplicação das verbas provenientes do Convênio MEC/BIRD, para os exercícios de 1984, 1985, 1986 e 1987? (Encaminhar cópia).

2. Foi feita prestação de contas da aplicação de tais verbas, durante os exercícios já mencionados? (Encaminhar cópia).

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja endereçado ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes do Paraná, o seguinte Pedido de Informações:

a) Existe algum projeto para construção do contorno rodoviário de Londrina?

b) Em caso afirmativo, qual a área exata a ser utilizada para esse contorno? Haverá desapropriação de casas populares? De quais conjuntos?

c) E ainda, sendo afirmativo, a resposta, qual a previsão para execução da obra?

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Doutor Odeni Vilaca Mongruel, Digníssimo Secretário de Estado dos Assuntos da Política Habitacional, solicitando a construção de casas populares para atender aos Policiais Militares e Cíveis dos Municípios de: Curitiba, Ponta Grossa, Maringá, Londrina, Cascavel, Foz do Iguaçu, Jacarezinho, Pato Branco, Cruzeiro d'Oeste, Paranavaí, Paranaguá, Apucarana, Campo Mourão, Rolândia, Lapa, União da Vitória e Guarapuava.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) RAUL LOPES

#### JUSTIFICATIVA:

Um dos grandes problemas que hoje aflige o profissional de segurança de nosso Estado é, sem dúvida, a casa própria.

A elaboração de um plano de habitação popular voltado exclusivamente aos Policiais Militares e Cíveis e sua conseqüente execução virá a resolver o crucial problema de moradia por que passa atualmente o Policial ao ser lotado em cidades onde o valor médio de aluguel, na maioria das vezes, ultrapassa o próprio vencimento do Policial. Esse problema aflige, tanto os policiais da Capital quanto do Interior, sendo o número necessário de aproximadamente oito mil casas populares a serem construídas para sanar tal problema, com isso oferecendo tranqüilidade para aqueles que administram a nossa segurança.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Dr. Ary Veloso de Queiroz, DD. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, solicitando que o mesmo interceda junto à SANEPAR, no sentido de que seja procedida a perfuração de um poço artesiano na localidade de São Francisco, Município de Chopinzinho.

REQUER, outrossim, seja dado ciência deste requerimento, ao Prefeito Municipal, à Câmara de Vereadores e à Associação de Senhoras de Agricultores do referido Município de Chopinzinho.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### JUSTIFICATIVA:

Já existe na localidade de São Francisco um sistema de aproveitamento de água, com aproximadamente quarenta ligações, resultante da captação de uma ver-

tente natural, sem possibilidade de tratamento, motivo pelo qual um poço artesiano solucionaria o problema, pois a água daí bombeada seria levada às residências pelo encanamento já existente.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao DER solicitando a conservação da estrada da Graciosa.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) ALGACI TÚLIO

## JUSTIFICATIVA:

Em se tratando de Ponto Turístico de elevada importância para nosso Estado, com áreas de lazer em toda a sua extensão, e atendendo às inúmeras solicitações da população das cidades circunvizinhas, pedimos que providências sejam tomadas para uma melhor conservação deste grande Patrimônio do Estado do Paraná.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido Plenário, seja oficiado ao Senhor Secretário de Segurança Pública, solicitando a locação de uma viatura para a Delegacia de Polícia da Cidade de Balsa Nova.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) ALGACI TÚLIO

## JUSTIFICATIVA:

Os relevantes serviços prestados pela Delegacia de Balsa Nova naquele Município estão sendo sensivelmente prejudicados pela falta de viatura para maior agilidade nos atendimentos. Uma viatura é, neste momento, uma necessidade inadiável, sob pena de causar à população de Balsa Nova prejuízos imprevisíveis e irreparáveis.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Villaca Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de cinquenta casas populares através do Sistema Financeiro de Habitação, via COHAPAR, no município de Rio Branco do Sul.

A identificação da área disponível e demais informações necessárias para a viabilização do empreendimento poderão ser obtidos através de consulta ao Senhor Prefeito Municipal, Senhor Áureo Gomes da Silva.

Devido ao déficit habitacional verificado no Município em questão, tenho certeza que a municipalidade terá o maior interesse na medida e não poupará esforços no sentido de viabilizá-la, haja vista que essas casas viriam a atender famílias de baixa renda, que não dispõem de outro meio para a aquisição de um imóvel residencial.

REQUER, ainda seja dado ciência ao Senhor Prefeito municipal e à Câmara de Vereadores do Município em questão.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) ALGACI TÚLIO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado o Senhor Presidente da Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR, Senhor Gilberto Geraldo Garbi, a seguinte solicitação:

- Implantação de postos de serviços telefônicos nos bairros de Guaporé, Cruzeirozinho e Santos Anjos, no Município e Formosa do Oeste.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) NILTON BARBOSA

## JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão tendo em vista que os aludidos bairros estão localizados a uma distância considerável da sede do município, fato que dificulta em muito a situação de seus moradores uma vez que obrigam-se a constantes deslocamentos toda vez que necessitam fazer comunicação urgente com outras localidades. A considerar, outrossim, tratem-se de locais de significativa população e de grande importância sócio-econômica para Formosa do Oeste.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Senhor Carlos Antônio Ferraro Biasi, Presidente da ACARPA, solicitando o parecer final da Comissão de Sindicância, instaurada pela ACARPA, para verificar a viabilidade da manutenção do escritório da ACARPA em São João do Triunfo, com as conclusões finais a que chegou a Comissão, e com os depoimentos de todos os que foram ouvidos sobre a viabilidade de se manter o escritório da ACARPA naquele município.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) PEDRO TONELLI

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o Douto Plenário, envio de expediente ao Ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, e ao Ministro da Agricultura, Íris Resende, sugerindo imediata revisão nos preços mínimos agrícolas instituídos pelo Conselho Monetário Nacional, pelo fato de os mesmos não coincidirem com a realidade do setor agrícola brasileiro.

REQUER, outrossim, que seja dada ciência às seguintes entidades:

Secretaria da Agricultura e Abastecimento; FETAEP (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado); FAEP (Federação da Agricultura do Estado do Paraná) e OCEPAR - Organização das Cooperativas do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### JUSTIFICATIVA:

Os preços mínimos para a agricultura, estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional na semana passada, são em média 20% menores que os reivindicados pelos produtores rurais através de suas entidades representativas. Segundo estudos desenvolvidos por várias dessas entidades, inclusive pela Secretaria da Agricultura do Paraná, os valores estabelecidos para a próxima safra não cobrem os custos de produção. Essa situação está causando grande descontentamento e preocupação no Paraná, onde se prevê uma diminuição da área de plantio - consequência do desestímulo que se abate sobre os agricultores - e a quebra de muitos produtores, já que a crise financeira do campo ainda não foi totalmente sanada.

Diante deste grave quadro, que não pode passar despercebido, pedimos uma revisão nos valores dos preços mínimos, desta vez levando em conta os estudos dos produtores.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná, Doutor José Carlos Finardi, solicitando a implantação de um posto avançado do Banco do Estado do Paraná no Distrito de São João, no Município de Altônia.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

#### JUSTIFICATIVA:

O Distrito de São João, forte expoente da produção agrícola do Município de Altônia, principalmente do café, feijão, milho, através de estrutura de pequenas propriedades, alcança um alto índice de produtividade e distribui o resultado financeiro entre as milhares de famílias que se

incorporam ao processo fazendo com que a circulação de riquezas na região seja expressiva e atraia fortes comerciantes de diversas aptidões.

Embora o volume de depósitos seja condiscente com a viabilização da implantação de agência bancária, por motivos próprios conseqüentes, talvez, do único período da história do referido distrito, em que deixou de interessar ao Banco Bradesco de Descontos, o movimento bancário dos moradores daquela localidade, este banco fecha simplesmente a única agência daquela instituição bancária, que muito resultado positivo obteve ali operando, deixando a população local completamente desassistida.

Em vista da confiança e recolhimento que a população da região, frente a sua resposta corajosa e digna, no momento mais difícil que o setor produtivo e comercial do Estado está atravessando, dará a correspondente resposta caso haja a instalação de um posto avançado desta instituição bancária, de forma a garantir a melhor das relações comerciais, ou seja, aquela que todos são beneficiados.

Considerando a sensibilidade e arrojo da administração atual do banco e o potencial econômico daquela localidade, acredito que o BANESTADO consagrará sua função no campo comercial, além de garantir na plenitude seu papel social.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente a Sua Excelência o Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Heinz Georg Herwig, solicitando a implantação de anti-pó nas estradas que margeiam o Rio do Nunes, no Município de Antonina.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

#### JUSTIFICATIVA:

A localidade à margem do Rio do Nunes onde este corta a estrada que liga Antonina a Guaraqueçaba, vem recebendo um número significativo de visitantes, em vista das belezas naturais proporcionadas naquela localidade pela combinação do Rio do Nunes com a Serra do Mar, transformando-se em um já tradicional ponto turístico do litoral paranaense. A região servida pelas estradas das quais se solicita a pavimentação, apresenta um desenvolvimento acentuado, na produção de gengibre e horti-fruti-granjeiros, que proporcionam uma mudança acentuada da qualidade de vida da população local.

A implantação do anti-pó nas estradas que margeiam o Rio do Nunes atuará como

decisivo fato de consolidação da atividade turística e horti-fruti-granjeira da região, transformando definitivamente a realidade da economia local, que sairia da posição de estagnação a que ficou submetida até então, para uma dinamização que revolucione o padrão de vida da população local, e integre definitivamente esta região, rica potencialmente, à realidade atual do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Doutor Belmiro Valverde Jobim Castor, solicitando a destinação de um ônibus para o transporte de estudantes no Município de Xambrê.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Xambrê, que possui uma população rural em idade escolar muito expressiva, vem enfrentando uma difícil tarefa de combater a evasão escolar em razão das dificuldades enfrentadas pelos estudantes de se dirigirem à escola, principalmente os alunos procedentes dos seguintes Distritos daquele Município: Casa Branca, Eliza e Pindorama.

Hoje aquele Município só possui 2º grau na sede, dificultando a frequência de escolares provenientes dos distritos e área rural, que diante da atual realidade se colocam invariavelmente na obrigação de abandonar os estudos ou largar a atividade e dirigir-se a outros centros para prosseguir seus estudos, com prejuízos da atividade agrícola naquela localidade.

O transporte escolar através de ônibus além de reverter significativamente esta realidade, proporcionará maneira mais segura de locomoção dos alunos que hoje frequentam os estabelecimentos escolares das localidades mais distantes, que hoje o fazem no lombo de animais, carrinho à tração de animais ou bicicleta, por estradas pavimentadas sem acostamentos, de grande circulação de veículos e caminhões, proporcionando constantes riscos e não raramente, acidentes de elevadas proporções.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Habitação, Doutor Odeni Mongruel, solicitando a recuperação das unidades do Conjunto Habitacional II, no Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

Os moradores do conjunto habitacional COHAPAR II, do Município de Umuarama, vem enfrentando dificuldades em virtude de diversos fatores, que em vista de sua má execução, ocasionam-lhes constantes aborrecimentos, entre eles e sendo um dos mais graves, as precárias condições que se encontram suas residências, algumas até ameaçadas de desabamento parcial.

Os moradores deste conjunto, que de boa fé adquiriram suas residências, não poderiam prever a forma desaconselhável com que foi dirigida a execução e as consequências que hoje os colocam em situação não mais suportável, que somente a sensibilidade e espírito de grandeza de sua Excelência poderá reverter a difícil realidade que enfrentam.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Doutor Belmiro Valverde Jobim Castor, solicitando a reforma na Escola São Cristóvão- Ensino de 1º Grau, no Conjunto COHAPAR II, no Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

A Escola São Cristóvão - ensino de 1º Grau, vem já há algum tempo necessitando a reforma que garanta seu funcionamento em condições satisfatórias, situação agora agravada com o comprometimento da estrutura do prédio, causando rachaduras e outros danos, em razão de infiltração de água.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Heinz Georg Herwig, solicitando a pavimentação asfáltica da estrada que liga a Cidade de Morretes às Localidades de América de Baixo - América de Cima.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

As Localidades de América de Baixo e América de Cima concentram um grande número de pequenas propriedades, produtores de hortifrutigranjeiros em franco desenvolvimento e com excelentes índices de produtividade, proporcionando uma melhoria substancial na qualidade de vida da popu-



lação local.

Portanto, a pavimentação desta estrada, inclusa na programação de pavimentação de estradas rurais desta Secretaria, viria a consolidar o desenvolvimento da região.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Doutor Belmiro Valverde Jobim Castor, solicitando a destinação de um ônibus para transporte escolar, no município de Pérola.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS

#### JUSTIFICATIVA:

As dificuldades enfrentadas pelos estudantes procedentes da área rural em frequentarem os estabelecimentos escolares, em razão da distância, vem determinando a constante evasão escolar e/ou o deslocamento para as cidades dos escolares, com prejuízos da atividade agrícola, que perde com isto sua melhor força de trabalho.

A viabilização do transporte de escolares através de ônibus, virá transformar esta tendência que causa inúmeros prejuízos sociais e econômicos, garantindo que o deslocamento se dê de forma segura.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Educação, solicitando informações sobre o montante de recursos que a mesma repassou às escolas municipais e federais do Município de São João do Triunfo, durante o exercício de 1986 e 1º semestre de 1987.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) PEDRO TONELLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, Doutor Rubens Bueno, solicitando a ampliação da creche do Conjunto Habitacional Cohapar II, no Município de Umuarama, de 85m para 145m.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS

#### JUSTIFICATIVA:

O CONJUNTO HABITACIONAL COHAPAR II, possuindo uma população fundamentalmente de comerciários e operários, onde a soma-tória dos salários do homem e da mulher é

fundamental na composição da renda familiar, principalmente no difícil momento que atravessa a economia do País, determinando um dos mais baixos índices salariais da história. Portanto, o papel social das creches é vital, dando condição às mulheres de disputarem o mercado de trabalho na busca da composição do orçamento salarial.

Hoje, a creche do Conjunto, atende somente vinte crianças, o que deixa desassistidas diversas famílias, onde as mães não têm como deixar seus filhos para trabalhar, ou os deixa em condições de grande risco para as mesmas.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Odeni Mongruel, Diretor Presidente da COHAPAR, solicitando isenção da cobrança da taxa de transferência de imóvel de um mutuário a outro, dos imóveis pertencentes a COHAPAR, tendo em vista que esta taxa onera em muito os assalariados que pretendem adquirir casa própria, sendo que esta parcela da população, que é a maioria, está passando pelo maior arrocho salarial da história brasileira, razão pela qual entendemos ser da maior importância a isenção da cobrança desta taxa por parte da COHAPAR.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) PEDRO TONELLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Prefeito Municipal de São João do Triunfo, solicitando agilização na construção do Posto de Saúde da comunidade de Coxilhão do Meio, naquele Município, haja vista a distância da comunidade até a sede do Município, para busca de recursos na área de saúde, razão pela qual se faz necessária a agilização na construção do referido Posto de Saúde.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) PEDRO TONELLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER após ouvido o Plenário, envio de expediente à ACARPA e à Prefeitura Municipal de São João do Triunfo, solicitando a reativação imediata do escritório da ACARPA naquele Município, tendo em vista o desamparo em que se encontram os agricultores daquele Município depois que foi fechado o escritório da ACARPA, neste ano de 1987, a qual

prestava importantes serviços aos agricultores, quer seja no setor técnico, quer na conscientização dos produtores rurais.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) PEDRO TONELLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Antônio Lopes de Noronha e ao Delegado Chefe do Departamento da Polícia Civil, Renato Ortoloni de Souza, solicitando a criação da Delegacia Regional do Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) DIRCEU MANFRINATO

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Cianorte, atualmente com 70 mil habitantes aproximadamente, requer melhor e maior estrutura no setor de segurança, tanto no aspecto do espaço físico, bem como de contingente humano, visando melhor atendimento à comunidade da região.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, Belmiro Valverde Jobim Castor, solicitando a inclusão do Município de Cianorte no Projeto "MUTIRÃO ESCOLAR".

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) DIRCEU MANFRINATO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Prefeito Municipal de São João do Triunfo, solicitando a implantação imediata do sistema AIS (Ações Integradas de Saúde) naquele Município, haja vista a necessidade de unificação no sistema de atendimento à saúde da população local, o que virá em benefício de todos os habitantes daquele Município.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) PEDRO TONELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Em vários municípios do Paraná o sistema AIS (Ações Integradas de Saúde) já está implantado, com todos os órgãos municipais, estaduais e federais ligados à questão da saúde atuando conjuntamente, o que sem dúvida alguma, melhora o nível de atendimento à toda a população. Em virtude disto, solicitamos o envio deste expedien-

te, ao Município de São João do Triunfo, para que esta providência seja tomada o mais rapidamente possível.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Antônio Lopes de Noronha, e ao Chefe do Departamento da Polícia Civil, Renato Ortoloni de Souza, solicitando a criação da Delegacia Regional do município de Cidade Gaúcha.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) DIRCEU MANFRINATO

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Cidade Gaúcha centraliza uma região que já requer maior estrutura de atendimento na área de segurança, tendo em vista o crescimento populacional e os problemas existentes em decorrência desse fator.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Heinz George Herwig, solicitando a inclusão da pavimentação do trecho Indianópolis - Distrito de São Manoel - PR-466, ligando a Paranavaí, no Plano Viário do Governo Álvaro Dias.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) DIRCEU MANFRINATO

#### JUSTIFICATIVA:

Esta é uma antiga reivindicação da comunidade local, uma vez que a pavimentação virá beneficiar o escoamento da safra agrícola, bem como melhorar às condições de tráfego e transporte.

Dada a necessidade, foi solicitado em 1984, através de requerimento de nossa autoria, a pavimentação do referido trecho.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, seja endereçado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Álvaro Dias, solicitando que o governo promova, em Regime de Urgência, a nomeação dos professores que foram aprovados em concurso público para o magistério, da 1.<sup>a</sup> à 4.<sup>a</sup> série, e que até agora não foram chamados pela Secretaria de Estado da Educação.

Em 1986 houve outro concurso público, mas somente para os municípios que dispunham de vagas, sem o aproveitamento, portanto, dos professores aprovados um ano

antes.

No momento existem 1062 professores nessa situação de expectativa em todo o Estado. E, segundo informações extra-oficiais, muitos mestres estão sendo aproveitados pela Secretaria de Estado da Educação, através de contrato de trabalho para o nível E, percebendo salários equivalentes a 90% do valor desse nível.

Sabendo ser o governador Álvaro Dias um homem que tem demonstrado grande sensibilidade aos problemas da área da educação é que fazemos este pedido visando a nomeação do remanescente do concurso de 1985.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, digníssimo Governador do Estado do Paraná, e ao Excelentíssimo Senhor Professor Belmiro Valverde Jobim Castor, digníssimo Secretário de Estado da Educação, no sentido de que seja colocado em estudo, em caráter de urgência, a viabilidade de se criar a Universidade do Noroeste, abrangendo a Microrregião 11.

Do aprovado, REQUER, ainda, que se dê ciência ao Ilustre Senhor Walter Sucupira, digníssimo Diretor do Jornal "A Tribuna do Povo" (Av. Presidente Castelo Branco, 3715 - Umuarama - Pr.), e ao Ilustre Vereador Dr. Massachi Mariuschi, Câmara Municipal de Umuarama-Pr.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

#### JUSTIFICATIVA:

No momento em que reiniciam-se as aulas, nada mais oportuno do que se repensar o ensino superior em nossa região, coisa tão distante dos estudantes como a panela cheia sobre o fogão do trabalhador brasileiro. Uma rápida análise sobre o potencial econômico, populacional e social do noroeste é suficiente para demonstrar que existe profunda carência nesse setor e que isso deve começar a ser corrigido o quanto antes possível.

Com nove cursos superiores funcionando em Umuarama, mantidos por entidade particular (a APEC) e dois outros em Cianorte por meio da extensão universitária da UEM, concluiu-se, sem necessidade de maiores dados, que a deficiência é das maiores quando se trata de oferecer opções universitárias. Convém destacar, ainda, que a cada ano aumenta o contingente de estudantes que deixam as cidades da região em busca da oportunidade dos estudos em centros maiores, o que não deixa de ser um sério inconveniente. Isso sem falar em

igual ou superior número de outros que concluem o 2º grau e não têm condições de prosseguir o aprendizado fora de suas cidades de origem (as da região de Umuarama, obviamente), encerrando, prematuramente, ciclos promissores de futuros graduados.

Para suprir essa deficiência, a região tem, necessariamente, que se unir. E essa união vale tanto para as lideranças políticas (prefeitos, vereadores, deputados estaduais e federais e dirigentes partidários) como para dirigentes sindicais, cooperativistas, entidades classistas, clubes de serviço ou associações comunitárias. Afinal, todos têm interesse em ver assegurado o futuro da geração emergente.

Não é hora para bairrismos desnecessários e infrutíferos. O movimento em defesa da criação de uma Universidade no Noroeste deve ser abraçado por todos, a começar pela própria Associação dos Municípios de Entre Rios - Amerios, a exemplo do que ocorre em outras regiões, como no oeste do Estado. Não se pretende nenhum movimento de pressão ao estilo de greves trabalhistas, mas sim, algo embasado em números reais, demonstrando o potencial regional e a sua carência no que diz respeito ao ensino superior.

O Governador Álvaro Dias, que obrigou-se a deixar a cidade onde residia sua família para concluir os estudos em outro local deve saber o quanto isso é dificultoso e, por certo, entenderá a natureza das reivindicações do noroeste. Uma Universidade implantada na região, independente de que cidade ela se localize, beneficiará todos os escolares não só da Microrregião 11, como de várias outras áreas do Estado e, até mesmo, do Mato Grosso do Sul.

É com esse entendimento que se procura incentivar o surgimento de um movimento sólido, envolvendo todos os segmentos regionais. Pode demorar um pouco, mas o que se deve levar em conta é que algo precisa ser feito com urgência, recuperando o tempo perdido - ou o assunto esquecido pelas ex-lideranças da região -. Se uma Universidade estiver funcionando a tempo de atender aos escolares que hoje cursam o 1º ou 2º Grau, atualmente aqueles que integrarem tal movimento poderão dar-se por satisfeitos. O importante é que todos tenham interesse pelo assunto e lutem por ele.

Texto Extraído do Editorial do Jornal

"A TRIBUNA DO POVO",

do dia 04 de agosto de 1987.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, que seja envia-

do expediente ao Excelentíssimo Senhor Rubens Bueno, digníssimo Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, no sentido de que, esta Secretaria envide esforços para auxiliar financeiramente a entidade "Ação Comunitária Frederico Ozanam da Sociedade de São Vicente de Paulo, nesta Capital.

Do REQUERIDO, uma vez aprovado, solicita ainda que seja dada ciência ao ilustre Senhor João Milczewski, digníssimo Presidente da entidade referida (Rua Dr. Muricy, 926, 6º andar - CEP 80.020 - Curitiba - Pr.).

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

A referida instituição presta excelentes serviços à comunidade local, dando atendimento aos carentes que necessitam de cuidados e de auxílios. Trata-se, portanto, de um procedimento altamente justificável o presente pedido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário REQUER, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Professor Belmiro Valverde Jobim Castor, mui digníssimo Secretário de Estado da Educação, no sentido de que seja viabilizado estudos para a criação da Universidade do Norte Pioneiro.

Do aprovado, REQUER, ainda, seja dada ciência aos ilustres Vereadores Diogo Augusto Biato Filho, mui digno Presidente, Hélio Machado de Lima, 1º Secretário; e João Batista Klein, Vereador proponente, todos da Câmara Municipal de Jacarezinho - PR. (Rua Cel. Baptista, 335 - 1º andar - CEP 86400).

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

Segue cópia xerográfica do ofício n. 934/87, datado de 10 de agosto do corrente ano, da Câmara Municipal de Jacarezinho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Rubens Bueno, digníssimo Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, para que envide esforços no sentido de prestar auxílio financeiro para o Lar Infantil Marília Barbosa, de Cambé-PR.

Do aprovado, REQUER, ainda, que se dê ciência ao Presidente da Entidade aludida, ilustre Senhor Hugo Gonçalves. (Rua Dinamarca, 1288 - CEP 86.180 - Cambé-PR.).

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

A referida entidade em tela hoje mantém quarenta e cinco crianças, que estão freqüentando o Pré-escolar e o Primário, na rede municipal de ensino, sendo mantido este Lar pelo Centro Espírita Allan Kardec. Ao longo dos anos já atendeu cerca de quatrocentos menores, formados em diversas áreas, como Professoras, Enfermeiras, Assistentes Sociais, Cabeleireiras, Contadoras e desta maneira, estão em condições de sobreviver por sua própria conta.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Rubens Bueno, digníssimo Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando auxílio financeiro, para a Casa de Recuperação Nova Vida - CRENVI, de Curitiba.

Do aprovado, REQUER ainda, que seja dada ciência ao Ilustre Senhor Lori Massolin, Presidente da referida entidade (Rua Inácio Lustosa, 1044, nesta Capital).

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

A referida entidade presta um trabalho dedicado à difícil tarefa de recuperação de viciados em drogas e álcool, sendo um grupo formado de voluntários anônimos e muitos jovens que já foram recuperados, e que atualmente se dedicam a esta árdua e dignificante missão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Heinz Georg Herwig, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a urgente construção de um trevo na PR-281, que liga Francisco Beltrão a Capanema, no local onde a mesma recebe o tráfego da PR-182, da ligação com o Município de Capitão Leônidas Marques.

REQUER, outrossim, seja dada ciência deste requerimento, ao Prefeito Municipal e à Câmara Municipal de Vereadores de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Devido ao intenso tráfego de veículos em ambas as PRs acima mencionadas, têm-se verificado elevado número de acidentes no entroncamento, devido a falta de trevo.

Assim, atendendo a reivindicações de inúmeros usuários e das autoridades de ambos os Municípios, a fim de evitar prejuízos e até mortes, apelamos à Secretaria dos Transportes no sentido de urgenciar a referida construção do trevo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Rubens Bueno, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando a destinação de verba para a construção de um Centro Social, no Bairro Esperança, Município de Planalto, dando-se ciência deste requerimento ao Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do referido Município.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### JUSTIFICATIVA:

Planalto, no sudoeste do Estado, é um Município em franco desenvolvimento e o Bairro Esperança é um dos mais populosos, com grande número de operários e diaristas da agricultura.

Um Centro Social é anseio de todos os moradores que se ressentem da falta de local adequado para seus encontros e promoções, buscando um entrosamento maior entre os membros da comunidade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente à Diretoria da CESP - Companhia Energética de São Paulo - solicitando a agilização dos reparos na ponte Interestadual que liga os Municípios de Carlópolis - PR. e Fartura - SP., porquanto a reforma dos pilares está sendo efetivada com muita lentidão, o que está causando enormes prejuízos a toda a região.

Atualmente a travessia de 1.550 metros tem a duração de uma hora, feita através de balsa, em condições difíceis, pois o vento, constante na região, impede o seu funcionamento normal, inclusive à noite, e há ainda a paralisação total com tempo chuvoso.

A morosidade desse reforço dos pilares, que teve início em fevereiro de 1986, pela CESP, que é a responsável pela construção, bem como pela sua manutenção, acarreta a todos os usuários incontáveis prejuízos de ordem financeira, e a economia de toda uma vasta região tem sofrido um abalo muito grande com a interrupção do tráfego dessa ponte.

É necessário, pois, o término dos re-

paros em questão, para que a população possa ter mais um caminho aberto para o escoamento de sua produção com destino ao mercado consumidor dos dois Estados.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Villaca Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de cinquenta casas populares, através do Sistema Financeiro de Habitação, via COHAPAR, no município de Almirante Tamandaré.

A identificação da área disponível e demais informações necessárias para a viabilização do empreendimento, poderão ser obtidos através de consulta ao Senhor Prefeito Municipal, Senhor Ariel Adalberto Buzzato.

Devido ao déficit habitacional verificado no Município em questão, tenho certeza que a municipalidade terá o maior interesse na medida e não poupará esforços no sentido de viabilizá-la, haja vista que essas casas viriam a atender famílias de baixa renda que não dispõem de outro meio para a aquisição de um imóvel residencial.

REQUER, ainda, seja dado ciência ao Senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município em questão.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Dr. Roque Piragine, Diretor Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, solicitando a implantação de rede de esgoto para o Município de Ibaiti.

REQUER, ainda, envio de presente expediente ao Vereador Jurandir Mosquini, Câmara Municipal - Ibaiti/PR.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) LUIZ ANTÔNIO SETTI

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Ibaiti conta com uma população numerosa, e a falta de rede de esgotos sanitários coloca em risco a saúde de seus habitantes, pela construção de instalações inadequadas e, principalmente, pelo escoamento dos dejetos a céu aberto, favorecendo a proliferação de bactérias e outros microorganismos nocivos, além de insetos e pequenos animais daninhos.

Por essa deficiência comprovada, uma vez que o Município não dispõe de rede coletora de esgoto, é que se faz a presente reivindicação.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Ministério da Justiça solicitando maior punição nos casos de imprudência no trânsito, por ser esta a maior responsável pelo aumento do índice de acidentes, ao Ministério da Educação e Cultura sugerindo o estudo da possibilidade da inclusão nos cursos regulares de educação de uma disciplina que ensine a conduta adequada no trânsito.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

## JUSTIFICATIVA:

Muitos acidentes graves têm alarmado assustadoramente a sociedade brasileira trazendo ultimamente uma total insegurança aos que necessitam fazer uso das rodovias.

Pesquisas têm demonstrado que o fator de maior responsabilidade por esses acidentes é a falha humana e, neste caso, a imprudência, a qual muitas vezes é praticada pela falta de conscientização dos deveres e responsabilidade de quem as pratica.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Ministério da Saúde, sugerindo o desenvolvimento de um programa de saúde pública visando a erradicação da ambliopia.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

## JUSTIFICATIVA:

Apesar de ser a forma de cegueira unilateral mais simples de conhecer e de curar, o Brasil ainda não mantém uma política de saúde pública voltada para o problema. Por causa disso, o País está registrando hoje cerca de 4 milhões de casos de ambliopia, o que corresponde a 3% da população.

Como para evitar a evolução da doença basta proceder à medição da visão de criança com menos de três anos, seria recomendável que o Ministério criasse um serviço itinerante de oftalmologia. Com isso, o atendimento poderia ser levado à população mais carente, evitando a ambliopia e diagnosticando outros problemas de visão.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Federação Democrática Internacional de Mulheres - FEDIM e ao Comitê de Mulheres Soviéticas, agradecendo a excelente acolhida que esta parlamentar recebeu das respectivas entidades quando da realização do Congresso Mundial de Mulheres em julho do corrente ano, em Moscou - URSS.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) IRONDI PUGLIESI

## JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento se justifica face a excelente recepção que a parlamentar paranaense recebeu durante o Congresso. Os realizadores do Congresso Mundial de Mulheres foram muito hospitaleiros, promovendo condições para que, além das condições necessárias à participação do Encontro, também se conhecesse o cotidiano do povo soviético. Foram muitas as recepções em instituições e eventos culturais.

O referido encontro trouxe a esperança de que a paz é necessária e possível, principalmente se os detentores do poder tiverem consciência que vivemos num mesmo planeta, sendo o desarmamento e a construção de sociedades democráticas e populares a base indispensável para a paz no mundo. A participação desta Parlamentar no Congresso Mundial de Mulheres, realizado em Moscou em junho do corrente ano, contribuiu para avaliação da situação da mulher e do encaminhamento da luta feminina em aproximadamente cento e quarenta países participantes. Sem dúvida nenhuma, o lema central do Congresso foi a defesa da Paz, Contra a Guerra.

No contato com parlamentares mulheres da URSS pôde-se avaliar que no Brasil muito tem que se avançar na conscientização da participação feminina. No congresso Soviético, 48% dos parlamentares são mulheres, sendo que este fato se constitui um incentivo à luta por maior representação e participação das mulheres brasileiras dentro da sociedade e no poder.

Os referidos expedientes devem ser encaminhados à:

- Comitê de Mulheres Soviéticas  
Representante: Lillian Sftefankina  
Nensirovich Dantchenko, 06  
103009 - MOSCOU - URSS
- Federação Democrática Internacional de Mulheres - FEDIM.  
Unter Denlinden, 13 DDR  
1080 BERLIN.

PROJETO DE LEI N. 168/87  
A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o "CORAL FOLCLÓRICO ITALIANO SANTA FELICIDADE", com sede e foro à Avenida Manoel Ribas n. 6.376, nesta Cidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública mantém um grupo vocal destinado, primordialmente à execução de canções italianas da época da imigração, preservando, dessa maneira, as tradições dos imigrantes. Tais atividades, além de promover a união e a confraternização da numerosa colônia de descendentes italianos radicados em Santa Felicidade, visa o intercâmbio com entidades culturais.

A entidade conta com todos os requisitos da Lei n. 6.994/78, constando no seu estatuto social a gratuidade no exercício dos cargos de Diretoria e, encontra-se devidamente registrada sob o n. 5.046, do Livro 3A, de Pessoas Jurídicas, desta Cidade.

PROJETO DE LEI N. 169/87

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao dr. ARISTIDES DE ATHAYDE NETO.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) JOSÉ FELINTO

Apoiamento: Rafael Greca, Algaci Túlio, Luiz Carlos Alborghetti, Eduardo Baggio, Djalma de Almeida César e Nereu Carlos Massignan.

JUSTIFICATIVA:

Como se depreende do currículo, lido em plenário, o médico Dr. Aristides Athayde Neto tem se destacado por uma vida de benemerência e serviço à coletividade. Descendente de uma das mais ilustres famílias paranaenses, Aristides Athayde Neto soube conferir ao exercício de sua profissão, de si mesma humanitária, um sentido de alta significação moral e social, que o habilitam a receber das autoridades constituídas o mais alto título de nosso Estado.

PROJETO DE LEI N. 170/85

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º Fica criado o Município de

Candói, com território desmembrado do Município de Guarapuava, formado com áreas do Distrito de Candói e o Distrito de Paz, com sede na localidade de Candói, com as seguintes divisas:

"Começa no Rio Cavernoso, no encontro com a estrada Capão da Lagoa - Cantagalo, segue pela referida estrada até o encontro com a Estrada Guarapuava - Goioxim, seguindo pela Estrada Guarapuava - Goioxim até o Lajeado dos Porcos, descendo o Lajeado dos Porcos até sua foz no Rio Campos Real, descendo o Rio Campos Real até sua foz no Rio Jordão, descendo o Rio Jordão até sua foz no Rio Iguaçu, descendo o Rio Iguaçu até a foz do Rio Cavernoso, Rio Cavernoso acima até o encontro com a Estrada Capão da Lagoa - Cantagalo, ponto inicial".

O perímetro urbano do Município de Candói é o seguinte:

"Tem como ponto inicial o encontro da Estrada BR-373 com o secador de Cereais da COAMIG, deste ponto por uma linha seca e reta, de 200m, rumo norte, deste ponto em ângulo reto e por uma linha seca e reta de 1.500m, rumo oeste, deste ponto por um ângulo reto, rumo sul e por linha seca e reta de 200m, até o encontro da Estrada BR-373, pela Estrada BR-373 até o ponto de encontro no secador de cereais da COAMIG, ponto inicial".

A área do Distrito de PAZ é a seguinte:

"Começa no Rio Cavernoso na foz do arroio das Três Palmeiras, subindo o Arroio das Três Palmeiras até a foz do Rio Cachimba, subindo o Rio Cachimba até sua nascente, daí em linha reta e seca alcança o Rio Jordão, descendo o Rio Jordão até sua foz no Rio Iguaçu, descendo o Rio Iguaçu até a foz do Rio Cavernoso, subindo o Rio Cavernoso até a foz do Arroio das Três Palmeiras, ponto inicial".

O perímetro urbano do Distrito de PAZ é o seguinte:

"Tem como ponto inicial o cruzamento da Estrada BR-373 com a antiga Estrada Guarapuava - Pato Branco, seguindo pela Estrada Guarapuava - Pato Branco até a divisa da zona com os terrenos do Senhor Guilherme Milarth Filho, seguindo por esta divisa até a Estrada BR-373, seguindo pela Estrada BR-373, até o cruzamento da Estrada antiga Guarapuava - Pato Branco, ponto inicial."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

PROJETO DE LEI N. 171/87

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná



## D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Núcleo Habitacional Dr. Tancredo de Almeida Neves, com sede e foro em Guarapuava.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS

## JUSTIFICATIVA:

A "Associação dos Moradores do Núcleo Habitacional Dr. Tancredo de Almeida Neves", devidamente registrado no Cartório competente em 28 de janeiro de 1986, tem como objetivos principais promover e incentivar atividades culturais, cívicas, religiosas, recreativas, esportivas e sociais; melhoramentos de urbanização, conservação e boa apresentação do Núcleo Habitacional e atividades que facilitem a convivência e a união dos moradores do Núcleo, ainda promover e incentivar atividades de assistência social.

Assim sendo, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis, solicitando a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N. 172/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Sr. Teobaldo Vitório Machado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

## JUSTIFICATIVA:

Teobaldo Vitório Machado é natural de Curitiba, aqui nascido em 08.04.46. Seus genitores são o Senhor Francisco Victor Machado e Senhora Zulmira Santos Machado. Formado pela Universidade Federal do Paraná no curso de Administração de Empresas. Exerceu vários cargos, dentre eles: Diretor-Presidente da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, exercendo mesma função no Banco Nacional de Habitação - BNH. Atualmente, exerce o cargo de Diretor de Saneamento e Desenvolvimento Urbano da Caixa Econômica Federal - CEF, além de ser o Coordenador do Grupo Técnico Especial do FAS (Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social) que congrega investimentos prioritários de nove Ministérios. Devido a sua extensa experiência na área de Desenvolvimento Urbano, deu preciosa colaboração através dos seus conhecimento técnicos nas discussões da Subcomissão da Questão Urbana da Constituinte.

Seu interesse referente a melhores ha-

bitações, saneamento básico e desenvolvimento urbano, tem merecido reconhecimento de vários Governos de Estados e Municípios, pelos serviços que a estes prestou em prol de suas comunidades, tais como: coordenações pela Ordem Gran-Cruz, concedidas pelos Governos dos Estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Sergipe e do Distrito Federal no grau de Comendador. Recebeu também Medalhas de Honra ao Mérito dos Municípios de Rio Negro (PR) e Arapiraca (AL), pelos grandes serviços que prestou junto àquelas comunidades. Sendo igualmente digno do recebimento de vários Títulos de Cidadão Honorário de vários Municípios. Foi destaque nacional na área de saneamento e desenvolvimento urbano, recebendo o cobiçado prêmio "Golfinho de Ouro". No ano passado foi escolhido como "Administrador Público Nacional" pelo Jornal "Diário Popular" e eleito nos anos de 1983, 1984 e 1985 pela imprensa paranaense como "Administrador Público Estadual".

Pelo vasto e renomado "curriculum vitae" do Senhor Teobaldo Vitório Machado, é propícia a medida ora proposta, sendo uma justa homenagem que este nobre Estado, através deste Augusto Poder Legislativo, pode prestar a tão distinta personalidade, que é um dos exemplos de orgulho para o nosso Estado das Araucárias e que muito colabora para uma melhor profusão dos muitos paranaenses que brilhantemente enaltecem o Brasil e seu povo. Por estas razões, esperamos o devido apoio dos nobres Pares pela aprovação do mesmo.

PROJETO DE LEI N. 173/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação Renovadora Cultural, com sede e foro na Cidade de Pinhão, Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

## JUSTIFICATIVA:

Pretendemos com o presente Projeto de Lei, num justo reconhecimento pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Município do Pinhão, declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação Renovadora Cultural.

Para tanto, juntamos ao presente, a documentação exigida para tal fim através da Lei n. 6994/78, como ata da diretoria atual e cópia dos Estatutos, para devida apreciação.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI N. 174/87

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O Artigo 22, da Lei n. 6364, de 29/12/1972, passa a vigor com a seguinte redação, ficando inalterados seus parágrafos:

"Art. 22 - Fica sujeito à atualização monetária a parcela do crédito tributário relativo ao ICM não extinto nos prazos regulamentares, exceto quando garantido pelo depósito do seu montante integral em dinheiro."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas:

A lei Estadual n. 6364, de 29 de dezembro de 1972, que instituiu o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias - ICM - dispunha em seu artigo 22 que "fica sujeito à atualização monetária a parcela do crédito tributário relativo ao ICM não extinto nos prazos regulamentares."

A Lei n. 7.816, de 29 de dezembro de 1983, modificou a norma, ampliando a incidência da correção monetária sobre a parcela do crédito tributário relativo à multa.

A multa, conforme a definição expressa no artigo 54, da Lei n. 6364/72, é uma pena aplicada aos infratores da legislação tributária. Segundo o capítulo XV da supracitada Lei, constitui infração a falta de pagamento do ICM, no prazo previsto na legislação tributária.

A menor multa, nos casos de atrasos de pagamento equivale a 50% (cinquenta por cento) do total do imposto a recolher.

Esse percentual, por si só, já é significativo, pois além da multa, incidem sobre o imposto não pago juros de 1% ao mês.

A voracidade fiscal, por força do dispositivo inserto pela Lei n. 7816/83, determina que a correção monetária incida sobre a parcela do imposto e da multa.

Na atualidade, onde a escalada da correção monetária atinge seus pontos mais elevados, a incidência da atualização elimina, praticamente, a possibilidade de o contribuinte saldar seu débito para com o erário público.

Se o contribuinte, em decorrência dos fatores financeiros e econômicos, não conseguir recolher aos cofres do Estado o imposto líquido, como fará para recolher o imposto mais a correção monetária, mais a multa, mais a correção monetária da multa e mais os juros? A inadimplência será ine-

vitável.

Com a alteração prevista no presente anteprojeto haverá uma diminuição no valor do crédito tributário a ser pago, sem que isso venha beneficiar o infrator ou prejudicar o contribuinte que se mantém em dia com as suas obrigações tributárias.

Realmente, o contribuinte que deixar de pagar seu imposto no prazo regulamentar, irá recolhê-lo acrescido da correção monetária, mais multa e mais juros, diminuindo, dessa forma, o valor a ser pago, possibilitando o pagamento.

Do contrário, não haverá condições de recolher o que é devido ao Estado, situação que não interessa nem ao Estado e nem ao contribuinte.

Por exemplo: um contribuinte que deve de ICM referente ao mês de novembro/86, Cz\$ 116.388,10, até o dia 31/07/87, deverá pagar de multa, Cz\$ 58.194,05, mais juros de Cz\$ 6.983,29, mais correção monetária sobre a dívida principal de Cz\$ 235.685,90, e ainda mais a quantia de Cz\$ 117.842,95, referente a correção monetária sobre a multa.

Estamos vivendo um momento em que nossa Nação passa por sérias dificuldades sócio-econômicas, e tornou-se comum aos bancos tentarem negociação com a indústria, o comércio e a agricultura, ignorando-se a correção monetária, pois está comprovado que não há possibilidades de se pagar débitos desta forma. Na prática, é impossível.

É inaceitável, descabível e insuportável, portanto, que o Governo do Paraná venha cobrar correção monetária sobre a dívida principal e ainda sobre a multa. Continuar nessa posição absurda é o mesmo que induzir o contribuinte à falência.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI N. 175/87  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o Município de Lidianópolis, com território desmembrado do Município de Jardim Alegre, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas:

"Começa na barra do ribeirão da Barra Preta, no Ivaí, descendo por esta abaixo até a Barra do Guarita (ribeirão), seguindo por esta acima pela cabeceira, até a estrada que liga ao Município de Ivaiporã, subindo por esta estrada até encontrar a cabeceira do ribeirão da Barra Preta e por este abaixo até a Barra do Rio Ivaí, ponto de partida".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

## JUSTIFICATIVA:

O presente Plano de Lei objetiva trazer os interesses da população de Lidianópolis, transformando-o em Município, célula base de integração das metas para o progresso.

O Estado do Paraná vem apresentando índices de crescimento superiores a muitos outros Estados da Federação, para o que computamos como razão principal o trabalho que vem sendo desenvolvido por todos os paranaenses em todas as pequenas comunidades. Em se municipalizando tais comunidades, estas contarão com maior infra-estrutura pública, social e econômica, cuja consequência será uma aceleração ainda mais pujante das potencialidades das reservas, transformando-as em recursos sociais, econômicos e políticos.

A localidade de Lidianópolis tem uma característica marcante no que concerne às amplas possibilidades de desenvolvimento agroindustrial que merecem ser destacadas na petição deste Projeto. Julgamos oportuna a medida proposta, ao considerarmos os benefícios que daí advirão à toda comunidade paranaense.

Neste sentido, contamos com a aprovação dos nobres Pares para a apreciação e aprovação deste Plano de Lei.

## PROJETO DE LEI N. 176/87

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º - Aos servidores celetistas da Administração Direta Estadual, das Sociedades de Economia Mista cuja maioria acionária pertença ao Estado, das Empresas Públicas Estaduais e das Fundações criadas ou mantidas pelo poder público estadual, é assegurada a estabilidade no emprego, na forma da presente lei.

Art. 2º - Serão estáveis os servidores públicos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, na forma do artigo anterior, independentemente de terem ou não exercido opção pelo regime do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, Lei n. 5.107/66.

Art. 3º - A estabilidade deferida nesta lei é assegurada aos servidores e empregados cujo contrato de trabalho tenha sido ajustado por tempo indeterminado e cuja admissão tenha resultado de prévio concurso público.

Art. 4º - Aos atuais servidores e empregados, referidos no artigo 1º, é assegurada a estabilidade após dois anos de efetivo exercício em serviço, contados a partir da vigência da presente lei ou a qualquer tempo mediante concurso público interno a critério da administração, exceto os servidores celetistas com cinco anos

de contratos de trabalho ininterruptos, condições esta que lhes confere a estabilidade.

Art. 5º - A partir da vigência desta lei é obrigatória a realização de Concurso Público para admissão de empregados e servidores celetistas na forma do artigo 1º, bem como a demissão mediante a realização de Inquérito Administrativo, na forma da lei.

Art. 6º - Aos servidores e empregados que adquirirem a estabilidade de acordo com esta lei são asseguradas as garantias previstas no Capítulo VII, da Consolidação das Leis Trabalhistas.

Art. 7º - Anualmente, em janeiro, o Estado fará publicar no Diário Oficial a relação completa de todos os servidores e funcionários públicos, contratados por qualquer regime de trabalho, cargo que ocupa, local de trabalho e valor do salário.

Art. 8º - Os efeitos desta lei abrangem os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) PEDRO TONELLI

## JUSTIFICATIVA:

As limitações constitucionais do Estado para legislar sobre Direito do Trabalho não interferem no modo de contratação de empregados pelo Estado, enquanto empregador, se observada a Legislação Trabalhista Federal. É pacífica a possibilidade jurídica de serem concedidas garantias contratuais em benefício dos seus empregados, como cláusula contratual deferida, representada por específica legislação estadual nos limites da livre contratualidade, previstos no artigo 444, da Consolidação das Leis do Trabalho:

"As relações de trabalho podem ser objeto de livre estipulação das partes interessadas em tudo quanto não contravenha às disposições de proteção ao trabalho, aos contratos coletivos que lhes sejam aplicáveis e às decisões das autoridades competentes".

Faz-se mister, ainda, levar em conta os consagrados princípios de isonomia e equidade que devem prevalecer para o atendimento do princípio estabelecido na Constituição de valorização do trabalho e, a desigualdade de tratamento que se registra com a possibilidade do Estado tomar trabalho sob dois regimes jurídicos distintos (Estatutário e Celetista) pois que, a garantia do emprego, representa para o trabalhador sua tranquilidade pessoal e familiar.

Segundo a opinião unânime dos jusbato-

ristas nacionais, que confirmam a tradição brasileira em conferir a garantia aos servidores através do instituto da estabilidade, é que se apresenta este projeto de lei, considerando, ainda, as justas e unânimes reivindicações dos sindicalistas e trabalhadores em geral, expressadas repetidamente em congressos e proclamações associativas de classe.

Finalmente, o anseio nacional reflete uma imediata retomada de uma postura legislativa que melhor atenda aos legítimos interesses dos trabalhadores, inclusive dos que prestam serviços públicos nas administrações direta e indireta, nos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, sem qualquer garantia real de emprego.

Diante do exposto, estamos certos de contar com o irrestrito apoio de todos os Parlamentares paranaenses com assento nesta Casa, e dos seus respectivos Partidos, para a aprovação deste Projeto que, sem dúvida virá garantir a milhares de famílias paranaenses a tranqüilidade, segurança e, conseqüentemente, a felicidade tão carente em nossos dias devido à instabilidade política-econômica e financeira.

PROJETO DE LEI N. 177/87  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o Município de Mauá da Serra com território desmembrado do Município de Marilândia do Sul, com sede na localidade do mesmo nome e seguintes divisas:

"Começa no cruzamento da Estrada Mauá no Rio Apucarantina, subindo por este até a foz do Rio Valência, pelo qual sobe até a sua nascente mais próxima do Córrego Queimado, de onde por linha seca alcança a nascente do Córrego Queimado, e por este abaixo, até a sua foz no Rio do Meio, pelo qual desce até alcançar o Rio Preto, daí sobe por este até a sua cabeceira mais alta (próximo do Morro do Mulato), daí até a cumeada da Serra do Cadeado, seguindo pela cumeada desta até a cabeceira mais alta do Rio das Antas, pelo qual desce até o cruzamento da Estrada dos Caetanos, por esta até a Estrada Ribeirão do Meio, seguindo pela referida estrada no sentido nordeste até alcançar a Estrada Fazenda Panônia, segue por esta até a Estrada Engenho Velho, segue por esta até alcançar a Estrada Lagoa Mauá, por esta até alcançar o Rio Apucarantina, ponto de partida".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

O atual Distrito Administrativo, no

Município de Marilândia do Sul é nos dias atuais uma realidade de um progresso advindo de sua laboriosa e dinâmica população. E é esta, através da reivindicação de torná-lo Município que nos encoraja a propor a medida aqui exposta. E estamos seguros que tal medida, será garantia do elevado índice de desenvolvimento que vem sendo demonstrado por meio do valioso trabalho de sua gente. Por estas razões, esperamos dos nobres Pares o devido apoio para a proposta que aqui apresentamos.

PROJETO DE LEI N. 178/87  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o Município de Carambeí, com território desmembrado do Município de Castro, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

"Começa na foz do arroio do Areião, no rio Pitangui, sobe por este até alcançar a sua foz no rio Tibagi, sobe por este até o lageado da Cotia, pelo qual sobe até sua cabeceira, donde segue rumo sudeste pelo divisor das águas do rio Pitangui e Iapó até atingir a Estação Tronco, de onde alcança a cabeceira de um afluente que nasce próximo a referida Estação daí desce o referido afluente até sua foz no Rio Jotubá e por este até a sua cabeceira de onde por uma linha seca alcança a nascente do Arroio do Areião, e por este abaixo até sua foz no rio Pitangui, ponto de partida".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

Este Projeto de Lei é a concretização das aspirações de um povo que há muito, luta no sentido da emancipação política do Distrito Administrativo de Carambeí.

A emancipação pretendida irá se constituir em mola propulsora para o maior desenvolvimento de todos os setores de atividades daquela comunidade, isto é, os setores sócio-econômico, político e cultural, que se ressentem de maiores condições para o seu pleno desenvolvimento.

Os recursos econômicos de que dispõe o Distrito Administrativo de Carambeí serão potencializados com a criação do novo Município, dando-lhe condições de poder melhor decidir sobre o seu futuro, que ali se vê estruturado como núcleo urbano capaz de descentralizar a vida municipal e encaminhar os seus serviços de acordo com os interesses de nosso Estado.

Estas as razões que nos levam a apresentar o presente Projeto de Lei que, te-

mos certeza, merecerá aprovação desta Casa.

Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao Senhor Deputado Pirajá Ferreira.

O SR. PIRAJÁ FERREIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Ao fazermos uso desta tribuna, nesta oportunidade, gostaríamos de tecer algumas considerações sobre a importante questão da reforma agrária.

Reforma agrária esta que sempre desejamos que fosse implantada em nosso País.

Falo da reforma agrária que só se viabilizará quando realizada de maneira planejada e consciente.

Somos plenamente favoráveis ao assentamento dos agricultores sem-terra. Contudo, há que se dizer, que os assentamentos realizados sem que se discutam pormenorizadamente, todos os critérios técnicos e sociais da questão em si, é certo que problemas maiores ainda advirão.

Somos testemunhas de que assentamentos de agricultores, realizados no Paraná, em Governos anteriores, mas sem critérios aprofundados, estão gerando sérios problemas.

Assim como o adiar constante da reforma agrária, não resolverá problema algum, também a pressa nos levará indubitavelmente ao mesmo caminho.

A pressa sempre foi inimiga da perfeição.

Precisamos estar atentos para não cometermos injustiças!

Hoje, no Paraná, existem agricultores que foram assentados em terras improdutivas, ou de produtividade difícil e duvidosa.

Queremos crer, inclusive, que no passado alguns assentamentos realizados no Paraná, foram feitos muito mais sob a égide da pressão, do que através do bom senso.

Alguns companheiros aqui presentes, até parecem que se enquadram perfeitamente no perfil daqueles que só sabem pressionar... pressionar... e pressionar...

É o caso específico do Deputado Pedro Tonelli.

Aliás, quando falamos no nome do ilustre Deputado, nos vem à memória episódios característicos de sua empáfia.

O homem dos oitenta e tantos mil votos!

Que exibiu seiscentos e sessenta e um sufrágios.

Homem que mente não merece crédito.

Vossa Excelência precisa parar com isso Deputado!

Os nossos ouvidos não são paióis de mentiras!

A propósito do assunto, convém lembrar ao ilustre Parlamentar que uma das costumadas

meiras vítimas das acusações demagógicas do Deputado Pedro Tonelli, ou seja, Sua Excelência, o Secretário da Agricultura e do Abastecimento, Doutor Osmar Fernandes Dias, tem procurado, desde que assumiu a Secretaria da Agricultura, dar um tratamento condigno aos agricultores assentados, ou aos acampamentos de agricultores sem-terras.

O Secretário Osmar Dias, tem visitado tais agricultores, e tem procurado levar recursos indispensáveis aos mesmos, tais como: calcário, sementes, adubos, e inclusive tem determinado que maquinários da CAFE do Paraná prestem serviços a estes agricultores.

Não podemos, portanto, nos mantermos calados, em silêncio, quando injustiças são cometidas, inclusive aqui dentro desta Casa de Leis.

Em matéria de injustiça o pior não é sofrê-la e sim cometê-la.

Não podemos aceitar que o Deputado Pedro Tonelli continue fazendo uso desta tribuna, para denegrir a imagem do Secretário Osmar Dias, pois bem sabemos a dimensão do grande esforço que Osmar Dias desenvolve, frente a sua pasta, para dar um tratamento condigno aos agricultores sem-terras deste Paraná.

A justiça é como o saber, não ocupa espaço, e portanto, precisa ser praticada a partir de nossa própria Casa.

É um desafio, Deputado Pedro Tonelli!!

Tire as vendas da cegueira, deixe as inverdades de lado, e logo Vossa Excelência compreenderá toda a verdade.

Aliás, isto me lembra um conhecido provérbio:

"O homem que sabe que sabe, é sábio!

O que homem que sabe que não sabe, merece ajuda!

Mas o homem que não sabe que não sabe...

Tenham pena dele".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Ainda dentro do Pequeno Expediente consulto o Deputado Raul Lopes, se fará uso da palavra.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós vamos fazer algumas observações a respeito da tentativa de fechar o Colégio Militar de Curitiba. Tivemos recentemente a visita de uma comissão, em nosso Gabinete, a qual veio pedir solidariedade a todos nós, Deputados, porque entende que se não tiver o apoio político, não conseguirá, em absoluto. Em assim sendo, elaboramos uma moção de apoio, que pretendemos subscrever com o apoio de todos os Deputados e encaminhar ao Ministro do Exército

solicitando o apoio ao Paraná, no sentido de que o Colégio Militar de Curitiba permaneça na situação como está; ou na pior das hipóteses, permaneça como um Colégio de 2º grau.

Em assim sendo elaboramos uma saudação, a qual eu passarei a ler, e a respeito da qual peço a Douta Mesa que passe a constar dos assentamentos desta Casa (Lê):

"O motivo que, hoje, faz-me usar a tribuna desta Casa é de grande preocupação para todos nós.

Quer me parecer que todos, indistintamente, são pessoas preocupadas com a educação, formação e civismo da nossa juventude.

Pois bem! Na década de cinquenta, mais especificamente em outubro de 1956, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado-Doutor Moyses Lupion, com a mesma preocupação, em ofício datado do dia 8, solicitava ao Excelentíssimo Ministro da Guerra-General Henrique Teixeira Lott, a designação de uma comissão de oficiais de exército especializados em ensino, para que viesse a Curitiba, a fim de, em cooperação com o Governo Estadual, estudar os detalhes para a instalação provisória de um colégio militar, cuja obra receberia do Poder Estadual todo o apoio, quer na construção ou em outras iniciativas.

Estudos foram realizados e a 9 de janeiro de 1959 esta Casa de Leis, através da Lei nº 3888 autoriza o Poder Executivo a doar à União, para uso do então Ministério da Guerra, os vinte e um hectares e suas benfeitorias, localizado no Tarumã, confrontando com a estrada Federal BR- 2 (hoje BR-277), com a estrada do Encanamento, com cerca divisória do Ginásio da Escola de Educação Física do Paraná, com a Avenida Joquey Clube e com a Sociedade Hípica Paranaense, somando-se a essa área, mais quatro lotes, medindo quinze metros de frente por quarenta de fundos, cada um, para a construção dos serviços auxiliares administrativos e residenciais.

Em seu artigo segundo, a citada Lei especifica que a destinação será exclusivamente para a construção e instalação do Colégio Militar de Curitiba, revertendo ao Patrimônio do Estado na hipótese de ser dado destino diverso do previsto na referida lei.

A Lei nº 3663, de 24 de maio de 1958, já havia liberado a importância de trinta milhões de cruzeiros para a aquisição de mobiliários e obras de recuperação e adaptação das instalações existentes no terreno doado.

A 8 de junho de 1960, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, através do Decreto nº 48.275, autoriza o serviço de Patrimônio da União a aceitar a doação que fazia o Governo do Estado do Paraná, ao

Ministério da Guerra.

Desde o ano de 1959, até a presente data, vem o Colégio Militar de Curitiba, prestando relevantes serviços às gerações paranaenses, quer no ensino de primeiro e segundo graus, quer na formação de alunos para ingresso na Academia Militar de Agulhas Negras, no curso de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro, como também criando no jovem paranaense um espírito de corpo, sentimento de patriotismo e civismo, indispensável à Nação brasileira.

Isto porém, vai acabar em dezembro de 1988.

O Excelentíssimo Senhor Ministro do Exército, à revelia da Lei Estadual nº3888, ainda hoje em vigor, resolveu, através da Portaria Ministerial nº810 de 04 de agosto de 1987, aprovar as diretrizes para o funcionamento dos Colégios Militares e outros órgãos de formação do Exército.

As referidas diretrizes, em seu item número quatro, letra B, número quatro, extinguem entre outros, o Colégio Militar de Curitiba.

Mais adiante, na letra F, número dois cria, nas dependências do "Nosso Colégio" A Escola de Formação de Sargentos das Armas de Curitiba ( ESSA SUL).

Senhor Presidente, Senhores Deputados!

O Paraná vem perdendo, nos últimos anos, diversos estabelecimentos de ensino militares especializados, tais como o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva C.P.O.R., que depois de transformado em Núcleo (N P O R) foi extinto; a Escola de Oficiais Especialistas de Infantaria de Guarda- E O E I G, destinada à formação de oficiais especialistas da Aeronáutica; e agora, corre o risco também de perder o Colégio Militar de Curitiba.

Quero, contudo, registrar e ressaltar que não sou contra a criação da Escola de Formação de Sargentos das Armas, neste Estado, porém, as atuais instalações do Colégio Militar de Curitiba, construídas para o funcionamento de cursos de primeiro e segundo graus, terão de sofrer grandes reformas onde as salas de aulas e outras dependências deverão ser transformadas em alojamentos para atender ao grande contingente de alunos. Uma escola de formação deve, obrigatoriamente, contar com uma área maior que permita os exercícios de maneabilidades, marchas, enfim, de adestramento do corpo de alunos, por área. Consta que será na região de Castro, neste Estado, onde encontra-se uma unidade do Exército desativada longe da área da escola propriamente dita.

Além de todos esses inconvenientes, este Deputado quer registrar a lastimável perda, que sofremos, pois o Colégio Mili-

tar de Curitiba foi construído sobre terreno doado pelo Estado com recursos financeiros do mesmo injetados na construção e destinados à formação e educação dos jovens deste Estado.

Lembro-me, Senhores Deputados, o Artigo segundo da Lei nº 3888, de 09 de janeiro de 1959, que determina expressamente o retorno da propriedade ao Estado, em se fazendo uso diverso do que aquele que a citada Lei determina.

Unamo-nos, pois, em defesa daquela instituição de ensino, impedindo a desativação do Colégio Militar de Curitiba, em apoio às seguintes entidades:

- 1) Associação dos Pais e Amigos do Colégio Militar de Curitiba;
- 2) Associação dos ex-Alunos do Colégio Militar de Curitiba;
- 3) Instituto dos Docentes e Discentes Militares ( de representação nacional).
- 4) Governadores do Rotary Clube.

Companheiros!

Uma grande idéia e empreendimento de trinta e um anos não pode acabar assim.

Tramita nesta Casa de Leis, uma "Moção de Apoio" solicitando que o Excelentíssimo Senhor Ministro de Exército revogue a Portaria nº 810, de 4 de agosto de 1987, no que se referir ao Colégio Militar de Curitiba, permitindo, assim que possamos ver a nossa doação sendo utilizada para os fins que a autorizaram".

(Termina de ler).

Companheiros, o que eu queria lhes dizer é o seguinte: O Exército Brasileiro, através do Ministério do Exército, está através de longos trabalhos desenvolvidos junto à comunidade, extinguindo o Colégio Militar do Exército para formar nas suas instalações a ESASUL, isto é, Escola de Sargento das Armas da Região Sul.

Quero nesta oportunidade, dizer aos prezados companheiros e à comunidade paranaense, que não somos contra a criação deste estabelecimento de ensino, isto é, desta guarnição, desta escola. Quero crer que esta escola poderia ser formada, adestrada, ajustada em outra área que não fosse esta. As instalações analisadas e estudadas junto com a comissão que se fez presente não são adequadas e não se prestam para tal.

Em assim sendo, pediria e reforçaria em nome desta comissão que nos visitou e cuja moção de apoio já está elaborada, que possam os prezados companheiros prestarem todo o apoio necessário, para que possamos juntos, através da Presidência desta Casa, encaminhá-la ao Ministro do Exército, solicitando o apoio necessário para que a situação permaneça tal como está e, em último caso, possa então permanecer ali uma escola de 2º grau, de caráter civil

evidentemente para que a escola não seja extinta de todo. Podem as autoridades militares se informar e buscar um local adequado, já que as instalações necessitam de um local assim.

Era o que tinha a dizer aos companheiros e solicito total apoio e consideração à comunidade, que assim solicitou quando nos procurou sexta-feira próxima passada, para pedir o apoio de todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Consulto o Deputado Algaci Túlio se fará uso do seu horário.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Esta Casa, iniciando o 2º período ordinário, tem se ressentido da falta de projetos de importância, seja para a administração do Estado ou seja diretamente para classes que integram a estrutura estadual ou que diretamente digam respeito ao público.

Na realidade sabemos que apenas dois projetos podem ser ditos como de importância: a Reforma Administrativa, que aliás nada reformou...ou inovou um verdadeiro cheque em branco dado ao Senhor Governador do Estado. Hoje, porém, esta Casa discute o projeto que reputamos de maior importância porque vai atingir uma classe também das mais importantes que é a classe do magistério no Paraná. Atinge a classe dos professores, que no decorrer do tempo tem sido tremendamente injustiçada, sacrificada e até, porque não dizer, desvalorizada. Vejam como andam as coisas neste País, onde um Presidente que se diz administrando crises, se dá ao luxo de fazer turismo no México acompanhado da comitiva que ganha em dólares para não fazer nada, ou melhor, para quem sabe até passar algumas horas de lazer.

O que é que o Presidente da República foi fazer no México? Ninguém sabe. Enquanto isso as classes trabalhadoras amargam o pão que o diabo amassou, sem condições sequer e uma vida digna, para poder sobreviver. Vejam quanto ganha um professor na sua classe inicial: pouco mais de Cz\$ 5 mil. Salário de fome, Senhores Deputados e querem exigir o que deste homem, desta mulher, que seja o formador da cultura brasileira? Até hoje o salário era de Cz\$ 4.904,80, Cz\$ 5.909,76 já com os últimos 20% que serão pagos no final deste mês. Pois é, para esta classe que hoje vamos analisar um projeto que institui o regime diferenciado de trabalho.

A oportunidade há que ser aproveitada pela Casa, para aprofundar a análise deste Projeto que foi longamente estudado e que



queremos acreditar, não venha a se constituir em mais uma injustiça aos Senhores e as Senhoras professoras. Hoje existe uma grave expectativa dentro desta classe, a questão salarial, a constituinte e o regime diferenciado de trabalho, que estará sendo discutido por esta Casa.

A prioridade na educação e a valorização do professor sempre foi em todas as campanhas eleitorais a bandeira de muitos candidatos. Sempre falando na educação, na valorização dos professores. Porém, quando chega o momento dos legisladores beneficiarem ou pelo menos reconhecerem o trabalho desta classe, a prioridade acaba e a desvalorização acontece, se esquecem dos professores.

É por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que a Bancada do PDT nesta Casa, quer fazer um apelo aos demais Parlamentares para que esta matéria de suma importância seja discutida no mais alto nível. Todos aqui viemos pelas mãos de uma professora ou de um professor, e todos temos, neste momento, a obrigação de reconhecer a necessidade que tem esta categoria de ser valorizada, compreendida e de merecer o apoio de todos nós.

Por isso, Senhor Presidente, só para completar, faço o apelo neste momento à Bancada do PMDB, à Bancada do PFL, do PL, do PTB, do PDS para que todos unidos valorizemos o nosso trabalho nesta Casa, discutindo em alto nível esta matéria, recebendo as emendas que serão apresentadas logo mais e que, conseqüentemente, façamos justiça a uma classe tão desvalorizada, a uma classe esquecida e somente lembrada na época de campanha eleitoral.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulto o Deputado Pedro Tonelli, se fará uso do seu horário.

Com a palavra o Senhor Deputado Pedro Tonelli, Líder do PT.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Parlamentares.

Esta sessão tão brilhante traz mais uma vez as preocupações do povo do Paraná à tona para que sejam debatidas seriamente nesta Casa de Leis. Faço uso desse espaço do Pequeno Expediente de hoje exatamente para trazer uma preocupação que foi manifestada por mais um colega Parlamentar, Deputado Pirajá Ferreira, preocupação com relação à Reforma Agrária no Paraná e no Brasil.

Sinceramente aos poucos esta Casa de Leis está demonstrando o comprometimento dos seus integrantes com a questão fundamental desta Nação, que é a questão da Reforma Agrária. E hoje, mais uma vez, sentimos através do depoimento do nobre Cole-

ga nesta Casa uma grande descoberta, a revelação de mais um teleguiado uderista aqui nesta Casa.

Lamentamos muito que um Deputado do PMDB, um depoimento do Governo, um Deputado da Nova República, use a tribuna tão digna desta Casa para tentar culpar e acusar uma pessoa do Partido dos Trabalhadores pela irresponsabilidade e pela falta de cumprimento das promessas com relação à Reforma Agrária no Paraná.

É de lamentar, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, que se use aquela capacidade que nós deveríamos usar para resolver o problema-mestre desta Nação, que é o problema do desemprego rural, da concentração de renda, da concentração de capital, da concentração dos meios de produção, que também se dá através da política exercida pela Nova República, que o nobre colega Pirajá Ferreira defende e que já em mais de cinco anos de Governo não tenha conseguido resolver nem nas vírgulas o problema da Reforma Agrária. Muito pelo contrário, está reconhecendo que tem culpa pelo agravamento da situação agrária neste País. Usa o Deputado Pirajá Ferreira, de artifícios demagógicos nesta tribuna para dizer que concorda com a Reforma Agrária organizada.

Por que ele não reconhece que o pouco de Reforma Agrária que vem acontecendo no Estado do Paraná está se dando graças à forma organizada pela qual os trabalhadores sem-terras no Paraná vêm lutando protestando no Palácio do Governo, negociando no Incra, nas Secretarias e nos Palácios.

Isso que é Reforma Agrária organizada e não o discurso demagógico do Deputado Pirajá Ferreira.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - Não é permitido conceder apartes no Pequeno Expediente.

E para encerrar, Senhor Presidente e nobres Colegas...

O Sr. Orlando Pessuti - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Consulto à Mesa se o Deputado Pedro Tonelli está falando no Pequeno Expediente, no Grande Expediente ou se fala no horário da Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - No Pequeno Expediente.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu agradeço.

O SR. PEDRO TONELLI - E para concluir Senhor Presidente e nobres colegas, a resposta sobre a afirmação do nobre colega e a resposta ao seu Governo, e à sua U.D.R., que o teleguiou aqui, neste dia, será dada pelos próprios sem-terra, pelos pequenos e médios produtores deste Estado, e certamente eles darão uma resposta competente. A ele, à sua UDR, e ao seu Governo, que não está realizando o que prometeu de mais importante neste Estado, que é a reforma agrária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Consulto o Deputado Nereu Massignan se fará uso do horário.

Declina. Havendo declinado, passamos ao Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Consulto o Deputado Algaci Túlio se fará uso no Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, levando em consideração a pauta extensa do dia de hoje, de dezenove projetos, e mesmo porque teremos algo da maior importância na Casa, a discussão do projeto dos Senhores Professores, este Parlamentar abre mão do seu horário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Não havendo então o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a liderança do PT se fará uso da palavra. Continuando, com a palavra o Senhor Deputado Pedro Tonelli, líder do PT.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente e nobres colegas.

Nós teremos nesta semana um fato marcante e de grande importância para os trabalhadores do Paraná, que é a greve geral de protesto contra o arrocho salarial, contra o Plano Bresser, pela suspensão do pagamento da dívida externa, que está aleijando a sociedade brasileira, reivindicando a reposição das perdas salariais, reivindicando uma Constituinte Democrática, reivindicando eleições diretas em 1988, reivindicando estabilidade no emprego, reforma agrária, liberdade sindical e outras bandeiras de lutas importantes para solucionar os problemas sociais, econômicos e políticos que atingem a nossa Nação.

No dia de hoje estaremos votando um requerimento de autoria deste Parlamentar,

quando representando a ânsia de grande parte dos trabalhadores, e dos servidores públicos deste Estado, estamos requerendo que seja encaminhado expediente ao Exce-lentíssimo Senhor Governador do Estado e a todos os Secretários, pedindo o pagamento do abono salarial e a perda salarial aos servidores públicos paranaenses. Os servidores públicos, tanto federais, quanto estaduais e municipais, não estão imunes a este infortúnio do arrocho salarial imposto pela política salarial oficial.

No caso dos servidores paranaenses a situação é ainda mais grave, uma vez que os dois últimos "gatilhos" estão sendo pagos com sessenta dias de atraso. Diante disso é que estamos solicitando o pagamento ainda no mês de agosto, das seguintes vantagens salariais:

Primeiro - a reposição das perdas salariais desde o Plano Cruzado I até 1º de agosto de 1987.

Segundo - abono salarial do Governo Federal, aos Servidores que ganham até cinco salários-mínimos, assim como aos Servidores da Rede Estadual.

Terceiro - o abono salarial de 18% sobre o valor dos "gatilhos" correspondente à correção monetária, pelo atraso no pagamento dos mesmos, a todos os Servidores Públicos Estaduais.

Essas reivindicações por certo são mais justas, tendo em vista o que já foi anunciado pelo próprio Secretário de Estado das Finanças e anunciado também pelo Governador do Estado, ambos dizendo que a situação do Estado está melhor do que antes, financeiramente, e que também o próprio Governo do Estado já manifestou o seu repúdio aos erros da Velha República que impôs o arrocho salarial a toda a classe trabalhadora.

Então vamos pedir ao Governo do Estado que reconheça o esforço daqueles que produzem a riqueza deste Estado, que eles sejam beneficiados com as contribuições que os cofres públicos estão tendo, graças ao efetivo trabalho dos Servidores Públicos Estaduais.

Nesta mesma data estou dando entrada de um Projeto de Lei nesta Casa e desejo o empenho de todos os integrantes das Comissões de Trabalho, para agilizar importantes reivindicações de todos os trabalhadores do Paraná, especialmente os trabalhadores e os servidores celetistas estaduais. Através deste Projeto de Lei estamos propondo que se institua a obrigatoriedade do concurso público nas contratações e o inquérito administrativo nas demissões dos Servidores celetistas do Paraná.

Através desses oito artigos dessa Lei nós certamente garantiremos direitos dos trabalhadores competentes, é que, através

de critérios pré-estabelecidos possam ter garantia de um bom futuro, dentro de um exercício digno da sua profissão no Serviço Público Estadual, assim como a estabilidade aos dois anos dos servidores celetistas.

Por isso é que eu desejo uma atenção especial de todos nesta Casa, especialmente dos que fazem parte das Comissões, para que analisem carinhosamente, para que o Projeto tenha um trânsito acelerado e que possamos garantir brevemente alguns direitos a mais para os trabalhadores que não têm estabilidade, e que não têm o critério nas suas contratações e nas suas demissões.

O Sr. Orlando Pessuti- Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Pedro Tonelli, infelizmente o Regimento muitas vezes nos obriga a fazer coisas que não são da nossa vontade, mas, neste momento eu gostaria de pedir escusas a Vossa Excelência em não apartear-lo sobre o assunto que Vossa Excelência apresenta no presente momento, ligado aos Servidores Públicos do Estado do Paraná, ligado a "gatilho", ligado a abono salarial, mas, sobre o assunto que Vossa Excelência abordou ainda durante o Pequeno Expediente.

Naquele instante por não estarmos, talvez, acompanhando com a devida atenção, se estávamos ou não no Pequeno Expediente, nós fazíamos uma indevida solicitação de aparte, Vossa Excelência, quando se refere ao Deputado Pirajá Ferreira, não faz com a devida elegância que o mesmo merece, haja vista que as acusações da sua parte contra esse nobre Parlamentar não são merecedoras da atenção desse Plenário. Taxar o Deputado Pirajá Ferreira de teleguiado da UDR é uma grande injustiça. Todos nós conhecemos o Deputado Pirajá Ferreira e sabemos que longe dele está a presença da União Democrática Ruralista. Portanto, eu entendo que ao rebatermos algumas palavras que por ventura possam sair da boca de alguns Parlamentares, dizendo-as injustas e merecedoras da nossa atenção, também não temos o direito de pronunciar palavras injustas e merecedoras da nossa atenção. Faço esse reparo porque conhecemos a índole de Vossa Excelência e muito mais do Deputado Pirajá Ferreira, que nada tem, nunca teve, e tenho certeza, nunca terá nada em comum com UDR nesse Plenário, ou em sua vida.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Tem trinta segundos para concluir Deputado, Vossa Excelência já ultrapassou seu tempo.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, certamente quem vai ter que provar na prática é o Deputado

Pirajá Ferreira, porque pelas suas afirmações de comprometimento contra a reforma agrária organizada pelos trabalhadores sem-terras, e se manifestando a favor do Secretário da Agricultura, que tem recebido apoio e tem se posicionado publicamente. Ele terá que provar na prática aquilo que Vossa Excelência está manifestando.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência tem a satisfação de comunicar a presença dos Srs. Prefeitos Pedro Correia, de São José de Boa Vista, e Antônio Amaral, de Siqueira Campos, aos quais agradecemos pela sua presença. Também anunciamos a presença do Deputado Federal José Tavares, constituinte, que muito nos honra com sua presença.

Consulto à Liderança do PDS. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PFL. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTB. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PL.

Com a palavra o Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com profundo pesar ocupamos a tribuna desta Assembléia Legislativa para prestar a homenagem do Partido Liberal a um dos mais combativos parlamentares de Curitiba, que desapareceu ante-ontem. Refiro-me a Adalberto Daros, com quem compartilhei de muitos momentos importantes desde os saudosos tempos de 1966, 1967, na antiga União Paranaense dos Estudantes, quando ele exerceu com invulgar brilhantismo a função de Secretário do Conselho de Representantes.

Na Câmara Municipal de Curitiba, testemunhei a vibrante atuação do então Vereador Adalberto Daros, como posteriormente foi nos dada a oportunidade de comprovar nesta Assembléia Legislativa o interesse pelo bem-comum no exercício de seu mandato de Deputado Estadual.

Este poder contou também com a inteligência de Adalberto Daros, notadamente como um dos seus eficientes Procuradores. A sua prematura morte, aos quarenta e três anos causou consternação a tantos amigos e correligionários seus, dos quais muitos militam no Partido Liberal, que teve nele um dos grandes incentivadores.

Outrossim, nesta oportunidade, igualmente registro, pesaroso, o falecimento

ocorrido no último domingo, de um dos mais dedicados líderes da cidade de Altônia, o pecuarista Antônio Marques.

Além de ser um homem de profunda fé, e voltado ao trabalho sério, legou-nos ele, um notável exemplo de despreendimento e de coragem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulta à Liderança do PDT.

Com a palavra o Deputado Rafael Greca de Macedo.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Incumbiram-me, o Líder e os demais companheiros do Partido Democrático Trabalhista, que começasse a minha intervenção esta tarde fazendo a esta Assembléia um apelo no sentido de que somem, cada um dos Srs. Deputados, com a dor nacional pela perda, no dia de ontem, do poeta maior da língua portuguesa, o brilhante poeta Carlos Drummond de Andrade, cantor da nacionalidade, cantor das contradições do espírito humano, e que foi exaltado em vida, pela população da cidade do Rio de Janeiro, quando, este ano, a escola de samba da Mangueira no recinto do sambódromo, prestou-lhe uma homenagem única, porque ele, poeta erudito, intelectual, acabou consagrado na academia do povo e na voz do povo, durante o desfile das escolas de samba do último carnaval.

Descansa o poeta Drummond, que um dia perguntou: "E agora, José?" Descansa o poeta, que da sua cidade natal, destruída pela mineração de ferro, Itabira, disse: "A minha cidade é agora só um retrato na parede, mas, como dói."

Mas, como dói agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando Drummond, é só um retrato na parede. Mas, ele não é só isso. Ele já é um mito capaz de se tornar mito salvador, capaz de nos ajudar a nos fazermos mais fortes, pelas palavras e pelos atos, para um dia termos o País que merecemos, mas, que de fato, não temos.

Porque, enquanto isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, enquanto parte Drummond, o nosso Presidente, poeta menor, o Sr. José Sarney, também agora é só um doloroso retrato na parede. Ele se fez pintar de fardão acadêmico, vestido à monarca ocidental, de faixa presidencial, por um pintor que costuma, conforme disse a "Folha de São Paulo", retratar os monarcas da Europa.

Se fez pintar num retrato a óleo, que está na biblioteca do Palácio da Alvorada, e pousou como rei, pousou como rei respaldado, entre outras coisas, na atitude desta Assembléia, que por vinte e nove autógrafos contra oito, na Bancada do PMDB,

lhe deu cinco anos de mandato.

O Sr. José Sarney está em Guadalajara, no México. Foi ao México agradecer aos mexicanos a gentileza de dezessete anos passados, quando eles, em Guadalajara receberam tão bem a seleção nacional. Quanta delicadeza desse poeta menor; ir ao México, sair do país endividado e conflitado, que é o Brasil de hoje, para agradecer ao povo de Guadalajara a sua gentileza para com a seleção canarinho na Copa de 1970.

Quanta gentileza do Sr. José Sarney, receber a modelo, ídolo das crianças do Brasil, a Senhora Xuxa, no Palácio Planalto. Preencher o expediente de uma manhã toda do Palácio do Planalto com a visão magnífica da elegante minissaia da vedete maior da televisão brasileira.

Quanta delicadeza do Senhor José Sarney conceder um abono salarial de Cz\$... ... 250,00 - três latas de leite condensado para cada um dos operários que ganham um salário-mínimo neste País de misérraveis.

Enquanto Drummond ia sepultado, baixava à sepultura no Cemitério São João Batista do Rio de Janeiro, homem digno, honrado e sensível, a favela da Rocinha, no mesmo Rio de Janeiro, descia o morro para apedrejar os automóveis da classe média que usava do túnel Dois Irmãos para fazer a ligação entre a Zona Norte e a Zona Sul da cidade.

Vivemos nós uma convulsão social; vivemos nós um momento de enfraquecimento e, no entanto, o nosso Governo se faz abúlico e inimaginável. Têm as pessoas ditas práticas o costume de falar mal dos poetas porque dizem que os poetas não enfrentam a realidade; têm as pessoas ditas práticas, os homens ditos do mundo, os políticos tidos como raposas, a idéia de ignorarem os poetas e darem aos poetas a posição da Torre de Marfim e do distanciamento crítico. No entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em verdade eu lhes digo: o poeta que nos deixou, Carlos Drummond de Andrade, com todo o distanciamento dos seus mais de oitenta anos, e com todo o distanciamento da sua erudição e do seu brilho, vivia muito mais o caminho do povo e o sofrimento do povo do que o poeta que infelicitava a Nação, posto hoje no México, entre as penas de "Quetzacotal", deusa azteca, do lado do Presidente Miguel de La Madrid, entre as plumas da serpente voadora que devorava o coração dos seus filhos, lá na mitologia dos aztecas, posto lá no meio e no seio do Partido Revolucionário Institucional, o Partido da Revolução Mexicana, que se fez único e se fez forte e se fez imaculado e se fez sem opinião e se fez parecido com esse imenso "pote de gelatina" que não racha nunca, que é, em suma, o partido hoje majoritário no poder.

Nós fazemos nossas as palavras de perplexidade do povo brasileiro de Norte a Sul. Nós fazemos nossas as vaias e os apupos da CUT ao Presidente da Constituinte, o Sr. Ulysses Guimarães, na última reunião nacional. Fazemos nossas, sobretudo, as palavras de Carlos Drummond de Andrade quando lamenta o encanto perdido. Dá para se dizer como Drummond, como a Itabira do poeta, "a Nova República, a república dos nossos sonhos, hoje é só um retrato na parede. Mas como dói".

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulta à Liderança do meu PMDB se fará uso do seu horário. Havendo declinado e encerrado o Horário do Expediente, passamos à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de cinquenta e três Senhores Deputados.

A Mesa, com base na Resolução 2/71, abre prazo por três dias consecutivos, a contar de hoje, dia 18 do corrente mês, para oferecimento de Emendas à Proposição n. 059/87, Proposta de Emenda à Constituição Estadual, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury e outros.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Felinto, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 248/86, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado ao Doutor Heinz Georg Herwig. Com Parecer Favorável da CCJ por unanimidade. Em Regime de Urgência. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 13/87, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que declara de Utilidade Pública Estadual a ACRUCAM Auxílio à Criança de Rua de Campo Mourão, com sede e foro no município de Campo Mourão. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 33/87, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de São José dos Pinhais", com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 115/87, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a "Academia Paranaense de Medicina", com sede e foro na cidade de Curitiba. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 119/87, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Princesa Isabel - Ensino de 1º e 2º graus", com sede e foro no município de Cêrro Azul. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. Aprovado.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem) É só para pedir a retirada de pauta do projeto de lei 42/87, por três sessões.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa

solicita ao Deputado que faça por escrito, e colocaremos em votação.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 53/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 40/87), objetivando estabelecer normas com vistas à implantação, no magistério paranaense, do Regime Diferenciado de Trabalho - RDT, de que trata a Lei Complementar n. 32, de 11/12/86. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F., C.R.H. e C.E., por unanimidade. Em Regime de Urgência.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário em número de 9 (nove), de autoria dos Srs. Deputados Orlando Pessuti e Rafael Greca, com apoioamento de diversos Srs. Deputados, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO DE N. 01 AO  
PROJETO DE LEI N. 53/87

Acrescente-se ao artigo 2º, o seguinte parágrafo:

"§ 3º - Fica assegurado aos integrantes do quadro próprio do magistério, com mais de 20 (vinte) anos de serviços, após opção por escrito, pelo regime diferenciado de trabalho, a aposentadoria integral nas quarenta horas, desde que sejam detentores de um só padrão e completados trinta anos de serviço para as mulheres e trinta e cinco anos para os de sexo masculino.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoioamento: Amélia Hruschka

Algaci Túlio

Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

Esta solicitação vem a propósito do não cumprimento do artigo 20, parágrafo único, do Estatuto do Magistério Paranaense, que reza.

Art. 2º - O provimento de cargos em cada nível de atuação será feito mediante concurso público de provas e títulos.

Parágrafo Único - Os concursos deverão realizar-se de dois em dois anos, salvo necessidade de ensino, pela ocorrência de vagas e serão de caráter regional ou municipal, nos termos do respectivo regulamento.

A não permissão da conquista do 2º padrão de Especialista em Educação por parte do Estado, obrigou os integrantes do quadro próprio a permanecerem nesta situação altamente discriminatória de um só padrão, a ponto de muitos estarem se aproximando e extrapolando o tempo de serviço, no aguardo da aprovação do R.D.T. para solicitarem os benefícios da aposentadoria com as 40 horas integrais, já que foram impedidos e prejudicados pelo não cumprimento do dispositivo da lei acima.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO

DE N° 02, AO ARTIGO 2º

- Poderão optar pelo Regime Diferenciado de Trabalho os integrantes do Quadro Próprio do Magistério e os que pertencem ao Quadro Único do Poder Executivo, desde que concursados e habilitados para atuarem no ensino de 1º e 2º graus, e, para ambos os casos, os que se encontrarem numa das situações seguintes:

- a - (sem alteração de redação)
- b - (sem alteração de redação)
- c - (sem alteração de redação)

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) RAFAEL GRECA

Apoioamento: Algaci Túlio, Basílio Zanusso, David Cheriegate, Antônio Belinati, Alexandre Ceranto, João Arruda, Ezequias Losso, Antônio Costenaro Neto, Pedro Tonelli e uma assinatura ilegível.

JUSTIFICATIVA:

É por demais conhecido que durante anos e em diversos governos, a administração do Estado, por deixar de realizar concursos periódicos para ingresso no Quadro Próprio do Magistério, atualmente a Lei n. 6.892, de 20 de julho de 1977, através de leis de enquadramento, ao arrepio da Constituição, tanto Federal como Estadual, e ainda da Lei Complementar n. 7/76, Estatuto do Magistério, enquadrou milhares de professores e especialistas de educação no Quadro Único do Poder Executivo. Após alguns anos, sempre após marchas e contra-marchas entre professores e os governos, é que a administração resolve, através de um concurso denominado de "transposição", enquadrar esses professores e especialistas no Quadro Próprio do Magistério.

Só para lembrar, o último concurso desta natureza foi realizado em janeiro deste ano, somente após mais uma paralisação do magistério paranaense ao final de 1986, pois há anos os professores aguardavam essa transposição para poderem receber também vantagens só concedidas aos integrantes do Quadro Próprio do Magistério.

Todos os integrantes deste Quadro Único do Poder Executivo, professores e especialistas, efetivos pela própria natureza do enquadramento, exercem suas funções nas escolas cumprindo determinações da Lei Complementar 7/76, (Estatuto do Magistério) só no que diz respeito aos deveres, pois, quanto aos direitos, notadamente vencimentos, vantagens e promoções lhe são negadas. Tais injustiças ferem o princípio de isonomia (igualdade de todos perante a lei, assegurada como princípio constitucional) uma vez que exercem as mesmas funções, possuem iguais habilitações e recebem vantagens pecuniárias bem inferiores aos que pertencem ao Estatuto do Magistério. O último levantamento de março deste

ano, feito pela Secretaria de Educação revela que nesta situação existem ainda 1.490 cargos ocupados por professores que há anos vêm sofrendo estas injustiças. e agora na mensagem não está prevista a possibilidade para que também esses mestres possam através de opção, como prevê o Regime Diferenciado de Trabalho, melhorar as suas condições de trabalho nas escolas. O que se pleiteia nesta emenda, em última análise, é que mais uma vez não se perca a oportunidade de reparar uma flagrante injustiça que outras administrações não souberam reparar em tempo oportuno.

Complementos desta emenda "ADITIVA" ao Art. 2º, para adequar tecnicamente os demais artigos e parágrafos:

(ONDE COUBER):

Acrescentar, do Quadro Único do Poder Executivo" em determinados artigos e parágrafos, para que professores e especialistas que se encontram nesta situação, possam exercer o direito de opção previsto no art. 3º da mensagem, uma vez que a emenda aditiva ao Art. 2º - agora proposta - repara injustiças discriminatórias a centenas de professores ainda não pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério.

(ONDE COUBER):

Ficam extintos os cargos do Quadro Único do Poder Executivo ocupados pelos professores ou especialistas de educação, que vierem optar por um dos Regimes Diferenciados de Trabalho, conforme o disposto no Art. 2º da presente Lei.

JUSTIFICATIVA:

A extinção de cargos do Quadro Único do Poder Executivo deve constar desta Lei, uma vez que a vacância não pode ser ocupada por outrem a não ser que uma outra lei específica, assim determine, pois o ingresso na função pública prescinde de concurso de provas e títulos como exigência constitucional.

#### EMENDA ADITIVA DE PLÊNARIO DE Nº 03 AO ARTIGO 8º

- A Secretaria de Estado da Educação baixará dentro de 60 (sessenta) dias os atos complementares necessários ao cumprimento desta lei, inclusive detalhando as atividades mencionadas na alínea "b"; do parágrafo 1º, do artigo 1º, desta mesma lei.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) RAFAEL GRECA

Apoio: Algaci Túlio, Basílio Zanusso, David Cheriegate, Alexandre Ceranto, João

Arruda, Antônio Costenaro Neto, Ezequias Losso, Antônio Belinati e Pedro Tonelli.

JUSTIFICATIVA:

Após inúmeras promessas feitas pelo Governo passado, de que em sua gestão seriam implantados os Regimes Diferenciados de Trabalho, o Magistério do Paraná viu-se obrigado a paralisar suas atividades por quase um mês, já que a administração do Estado através de sua Secretaria de Educação, em processo de protelação instituiu comissões de estudo por diversas vezes mas sem contudo jamais ter definido uma minuta de lei e enviar a este poder para dar condições efetivas de trabalho ao professor em sua escola. Ao final da greve dos professores houve um acordo entre o Governo e os professores, em documento denominado PRÓ-MEMÓRIA, firmado entre as partes no dia 03 de outubro de 1986, que diz no seu item n. 2:

"encaminhamento de projeto de lei à Assembléia Legislativa dispondo sobre implantação gradativa, a partir de 1987, do Regime Diferenciado de Trabalho para os integrantes do Quadro Próprio do Magistério;" (grifo nosso)

A leitura atenta da redação desta item firmado entre professores e o Governo da época é mais do que o suficiente para que os Srs. Deputados que possuem assento nesta Casa de Leis, numa simples rememoração dos fatos que levaram os mestres do ensino de 1º e 2º graus a procederem daquela forma, a não permitir novas protelações para o início da implantação - que sabemos ser gradativa - mais do que tem sido, ato comprovado até esta data. É imperioso que se defina, neste texto, o prazo em que a administração deva convocar pela vez primeira aqueles que através de inscrição deverão ser os primeiros a dar mais um passo na direção de uma efetiva profissionalização. Esperamos pois que os Srs. Deputados percebam o alcance da presente propositura.

EMENDA ADITIVA DE PLÊNARIO DE Nº 04  
ao parágrafo 5º do artigo 1º adicione-se a palavra: "inicialmente", ficando o § com a seguinte redação:

§ 5º: o percentual de hora-atividade do professor optante pelo R.D.T. será, inicialmente, de 20% (vinte por cento) sobre a jornada de trabalho.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) RAFAEL GRECA

Apoio: Algaci Túlio, Basílio Zanusso, Ezequias Losso, David Cheriegate, Alexandre Ceranto, Antônio Costenaro Neto, Pedro Tonelli, Antônio Belinati e João Arruda.

JUSTIFICATIVA:

A nossa entidade sempre questiona e



quer a valorização da escola pública. Esta escola deve ser obrigatoriamente de boa qualidade e acessível a todos em idade escolar. Por isso apresentamos as sugestões implicativas no caso. O percentual de hora-atividade deverá ser inicialmente de 20% (vinte por cento) tendo em vista as dificuldades que com o tempo surgem no desempenho profissional. Os alunos não admitem professores idosos, quer por conflito de gerações, quer por não exercerem liderança, com um professor mais jovem.

O desgaste físico e mental do ser humano é notório e indiscutível. O grau de capacidade, pela sua situação biológica, psicológica, física e mental, não é sempre o mesmo. Quanto às implicações que isto poderia afetar, citamos: a indisposição, o cansaço, a falta de disciplina e a conseqüente decadência do ensino.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 05

Incluir-se-á no § 3° do artigo 4° o inciso IX do artigo 54 do Estatuto do Magistério, ficando o parágrafo com a seguinte redação:

§ 3°: os efeitos funcionais e financeiros da parcela de que trata este artigo serão mantidos nos casos de afastamento previstos nos incisos I, II, III, IV, V, VIII, IX, X, XI, XII e XIII do artigo 54, da Lei Complementar n. 7/76, no exercício de cargo em comissão de direção e assessoramento superior, na chefia ou coordenação de nível intermediário, bem como nos casos de membros da direção da Associação dos Professores do Paraná, colocados à sua disposição.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) RAFAEL GRECA

Apoio: Algaci Túlio, David Cheriegate, Alexandre Ceranto, Ezequias Losso, João Arruda, Antônio Costenaro Neto, Antônio Belinati, Pedro Tonelli.

#### JUSTIFICATIVA:

O aperfeiçoamento, mais que um direito, é uma necessidade para a melhoria da qualidade do ensino.

#### EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE N° 06

- no artigo 5° a fração substitui-se por "T", ficando com a seguinte redação:

Art. 5°: O professor ou especialista de educação optante pelo Regime Diferenciado de Trabalho terá incorporada a parcela aos seus proventos de inatividade, na proporção de 1/T (um sobre T) para cada ano da referida parcela.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) RAFAEL GRECA

Apoio: Algaci Túlio, Basílio Zanusso, Ezequias Losso, David Cheriegate, Alexandre Ceranto, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Pedro Tonelli, João Arruda.

#### JUSTIFICATIVA:

A substituição da expressão 25 e 30 (vinte e cinco e trinta) avos por "T" se prende ao fato da possibilidade de o tempo de aposentadoria sofrer alteração na nova constituição, sendo "T" - o tempo de aposentadoria do professor.

#### EMENDA DE ALTERAÇÃO DE PLENÁRIO DE N° 07

- fica alterada a redação do § 5° do art. 1° para:

§ 5° - o percentual hora-atividade do professor optante pelo Regime Diferenciado de Trabalho será de 30% (trinta por cento) sobre a jornada de trabalho.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) RAFAEL GRECA

Apoio: Algaci Túlio, Basílio Zanusso, Ezequias Losso, David Cheriegate, Alexandre Ceranto, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Pedro Tonelli, João Arruda.

#### JUSTIFICATIVA:

Entendemos que 30% (trinta por cento) de hora-atividade é o mínimo necessário para o melhor desempenho das tarefas ligadas à docência.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N° 08

- fica alterada a redação do § 5° do art. 1° para:

§ 5° - o percentual hora-atividade do professor optante pelo Regime Diferenciado de Trabalho será de 30% (trinta por cento).

Mudança de redação no § 5° do art. 1°.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) RAFAEL GRECA

Apoio: Algaci Túlio, Basílio Zanusso, Ezequias Losso, David Cheriegate, Alexandre Ceranto, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Pedro Tonelli, João Arruda.

#### JUSTIFICATIVA:

É por demais conhecido dos técnicos de educação do Governo que os índices de repetência são elevados no ensino de 1° e 2° graus, com incidência muito grande nas séries iniciais do 1° grau.

Entre os fatores que concorrem decisivamente para o elevado número de alunos reprovados anualmente é a falta de tempo do professor para que na escola possa exercer determinadas tarefas diferentes das aulas diariamente ministradas. É na preparação de aulas, no planejamento dos conteúdos do currículo, no entrosamento de conteúdos específicos entre duas ou mais disciplinas, em pesquisas que devem ser constantes e na atualização de técnicas e conhecimento do dia-a-dia que um professor pode ser eficiente e mostrar a sua competência no sistema de ensino estadual.

Outra atividade que o professor precisa exercer na escola, mas para a qual não possui um determinado tempo específico, é a relação professor-aluno fora da sala com o objetivo de detectar causas individuais, o que só é possível com um determinado número de horas em que o professor não está ministrando aulas mas nas quais deverá mostrar a sua competência como educador, dedicando-se inteiramente no trabalho professor-aluno-escola.

Finalmente, existem ainda inúmeras atividades que o professor deve exercer na escola, como encontros, estudos da legislação do ensino, que são alteradas constantemente e tantos outros que a dinâmica do processo educacional está a exigir cada vez mais do professor.

É, pois, mais do que necessário que um mínimo de 30% (trinta por cento), ainda não sendo o ideal, seja o tempo de dedicação do professor na escola, em hora-atividade sobre cada uma das jornadas de trabalho, conforme está definido este período de tempo no inciso II do artigo 1º desta lei.

Finalmente lembramos aos Srs. Deputados, que é da Política de Educação "DIRETRIZES DE GOVERNO" do partido majoritário deste poder que no seu plano de governo 83/87, sobre este assunto, está definido com o seguinte texto:

"O tempo remunerado do professor, já citado e não dedicado à regência, deverá ser estabelecido numa proporção percentual de acordo com o seu regime de trabalho, mas nunca inferior a 30% do seu total." (grifo nosso)

Desta forma, acreditamos que a concordância com a presente emenda será a manifestação da coerência dos membros desta Casa de Leis.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 09

- o artigo 8º fica acrescido do: Parágrafo único: Os professores do Quadro Próprio do Magistério serão beneficiados pela implantação do R.D.T., no prazo mínimo de dois anos, a partir de sua aprovação.

Sala das Sessões, em 18.08.87.

(a) RAFAEL GRECA

Apoiamento: Algaci Túlio, Basílio Zanusso, Ezequias Losso, Alexandre Ceranto, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Pedro Tonelli, João Arruda.

#### JUSTIFICATIVA:

Esta questão vem sendo reivindicada pelos professores há muitos anos;

- já fazia parte da plataforma do Governo do PMDB em 1982 e até agora não foi cumprida;

- que nossa luta pela melhoria da qualidade do ensino, passa necessariamente pela profissionalização do professor que será viabilizada pela implantação do

R.D.T.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, solicitando retorno às Comissões, do Projeto de Lei Complementar n. 53/87, oriundo da Mensagem n. 40/87, do Poder Executivo, para apreciação das emendas a ele apresentadas. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 17/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 03/87), que autoriza o Poder Executivo doar ao município de Arapongas o imóvel constituído por terreno com área de 7.104,00m² e benfeitorias nele existentes, localizado naquela Municipalidade, objetos de matrícula 621, registradas no Livro-2 do Cartório do 2º. Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Arapongas. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. ANTONIO BELINATI - (Pela Ordem) Sr.

Presidente, para solicitar que a Douta Mesa desta Casa de Leis determine providências para que o Gabinete da Liderança do PDT volte a receber regularmente o Diário da Assembléia. Eu não sei o que está acontecendo, Sr. Presidente, mas já há algum tempo o Diário da Assembléia não está sendo entregue em nosso Gabinete.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta

Presidência acata a solicitação e tomará as providências necessárias para que seja encaminhado, diariamente, o Diário da Assembléia, ao Gabinete da sua liderança.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 19/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 26/87), objetivando conceder uma pensão de três salários-mínimos à escritora paranaense Maria Nicolas. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J., e C.F., por unanimidade. Em Regime de Urgência. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 42/87, de autoria do Deputado Rafael Greca, que estabelece o cadastramento de empresas de produção cultural circense, de teatros ambulantes e demais companhias congêneres. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.C.E., por unanimidade. Em Regime de Urgência.

Sobre o referido Projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando a retirada por três sessões, deste Projeto que estabelece o cadastramento de empresas de produção circense, de teatros ambulantes e

demais companhias congêneres. Aprovado. Fica portanto, retirado por três sessões o Projeto de Lei n. 42/87.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 66/87, de autoria do Deputado Sabino Campos, que declara de Utilidade Pública a "Associação Jardim Bom Pastor", de Almirante Tamandaré, com sede e foro no município de Almirante Tamandaré. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 85/87, de autoria do Deputado João Arruda, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Viajantes do Sudoeste Novo", com sede e foro na Cidade de Francisco Beltrão. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 87/87, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que declara de Utilidade Pública a "Augusta e Respeitável Loja Simbólica Alexander Fleming", com sede e foro em Ponta Grossa. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 90/87, de autoria do Deputado João Arruda, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Funcionários Aposentados do Baneestado", com sede e foro nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 31/87 (Mensagem n. 43/87 ex-Proposição n. 51/87), oriundo do Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova convênio celebrado entre a União, através do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, o Estado do Paraná e o Município de Curitiba, no qual figuram como intervenientes a EBTU, Secretaria do Planejamento, a COMEC o IPPUC, objetivando a execução e implementação de projetos obras, serviços e demais atividades, conforme especifica. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 32/87 (Mensagem n. 10/87 ex-Proposição n. 20/87), oriundo do Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o convênio celebrado em 22/09/86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e a Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, de Bandeirantes, objetivando a

realização da IX Semana de Integração Econômica no Município. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 33/87 (Mensagem n. 23/87 ex-Proposição n. 33/87), oriundo do Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Trabalho e Assuntos Comunitários, e os Municípios que especifica, objetivando a implantação do Programa de Geração de Emprego e Renda. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 34/87 (Mensagem n. 44/87 ex-Proposição n. 52/87), oriundo do Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior, e o município de Umuarama, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 35/87 (Mensagem n. 46/87 ex-Proposição n. 54/87), oriundo do Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o termo aditivo n. 1/86 ao convênio n.º 99/85 e o termo aditivo n.º 2/86, ao convênio n.º 72/85 celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Trabalho e Assuntos Comunitários, e a Secretaria de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho, objetivando o desenvolvimento de "Projetos de Criação de Emprego e Renda", bem como o aproveitamento de mão-de-obra e materiais locais. Aprovado, artigo por artigo.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 178/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 93/86), objetivando dar nova redação ao "caput" do artigo 2.º e ao artigo 8.º, ambos da Lei n.º 8.084, de 05.06.85, que estabelece normas para tratamento diferenciado, no campo tributário às microempresas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n.º 81/86, de 13.08.86- Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N.º 178/86

PARECER:

A matéria em exame tem origem na Mensagem Governamental n.º 93/86 e visa dar nova redação ao "caput" do art. 2.º e ao art. 8.º, ambos da Lei n.º 8.084, de 05 de junho de 1985, que estabelece normas para tratamento diferenciado, no campo tributário, às microempresas.

As medidas propostas atendem às reivindicações de Associações de Microempresas de diversos municípios de nosso Estado. Destacam-se as sugestões de retirada da correlação do número de empregos e valor de faturamento, além da diminuição do percentual de lucro para as empresas comerciais.

As mudanças promovidas na referida Lei nº 8.084, mantém nos limites determinados pela Lei Federal nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, que estabeleceu normas relativas ao tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, nos campos administrativo, tributário, creditício e de desenvolvimento empresarial às microempresas.

A iniciativa de matéria dessa natureza é prerrogativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo. Encontra-se o Projeto de Lei em questão, portanto, sem qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental para o seu trâmite nesta Casa de Leis.

Assim sendo e considerando os elevados benefícios que as medidas propostas trarão para a economia estadual, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 02.09.86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 178/86

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, originário da Mensagem Governamental nº 93/86, visa alterar alguns aspectos da Lei nº 8.084, de 05 de junho de 1985, (Estatuto da Microempresa).

As alterações propostas atingem os seguintes itens:

1) - Dá nova redação ao "caput" do art. 2º, eliminando o tratamento diferenciado, no campo tributário às microempresas;

2) Dá nova redação ao artigo 8º, no sentido de reduzir o percentual de lucro das empresas comerciais, de 40% para 30%, tornando-o paritário com o das empresas industriais;

3) Revoga o § 8º, do artigo 2º, em razão da retirada da correlação do número de empregados e valor do faturamento; e

4) revoga o artigo 10 da indigitada Lei, sob a alegação de que não se poderá extinguir créditos tributários pendentes, de responsabilidade de futuras microempresas, após benefícios já concedidos através das Leis nºs 8279, de 16 de janeiro de 1986 e 8324, de 30 de maio de 1986.

Apenso ao Projeto, encontra-se ofício de nº 172/86, da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, cujo teor propõe a preservação, neste Plano de Lei, da diferença de dez pontos percentuais entre as margens de lucro fixadas ao comerciante e ao industrial.

Desta forma, ficariam estabelecidos os seguintes percentuais de lucro: 30% ao microempresário comerciante e 20% ao industrial.

Tal proposição, embora considerada por esta Comissão, não pode ser acatada por falta de maior detalhamento de seus objetivos, pois, além de não qualificar os benefícios que tal medida traria aos empresários industriais, não mensura os eventuais prejuízos que poderia acarretar à administração estadual.

Em contrapartida, o Projeto de Lei nº 178/86, encontra-se devidamente justificado, convencendo-nos de sua oportunidade e dos benefícios que as medidas contidas nos mesmos trarão não só aos microempresários, como ao Estado do Paraná.

Neste sentido, manifestamo-nos favoráveis à aprovação do mesmo, na forma em que foi encaminhado através da Mensagem nº 93/86.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.05.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, encarecendo a instalação de uma CPI, composta de sete membros, pelo prazo de noventa dias, com a finalidade de apurar as irregularidades denunciadas pelo Senhor Governador do Estado, concernentes à Administração do BANESEDO e do Banco Del Paraná- À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do poeta Carlos Drummond de Andrade ocorrido no dia 17 de agosto do ano em curso, no Rio de Janeiro-RJ. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Adalberto Daros, ocorrido no dia 16 de agosto do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem). Gostariamos, Senhor Presidente, tão simplesmente de nos associarmos ao voto de pesar aprovado nesse requerimento, pelo

falecimento do nosso companheiro, amigo, colega desta Casa, Adalberto Daros.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência acata e tomará as devidas providências, encaminhando os nomes de todos os Deputados da bancada do PMDB.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ovídio Luiz Presendo, ocorrido no Município de União da Vitória. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Arlindo Martins, ocorrido no dia 15 de agosto do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Adalberto Daros, ocorrido no dia 16 de agosto do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Vera Agibert, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Lurdes Venski, ocorrido no dia 06 de agosto do corrente ano, no Município de Imbituva. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Ozias Boris Feiges, ocorrido nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Senhor Adalberto Daros, ocorrido no dia 16 de agosto do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Aracy da Conceição de França, ocorrido no dia 12 de agosto do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Antônio Marques, ocorrido no dia 16 de agosto do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Engenheiro Agrônomo Cleverson Vitório Andreoli, por sua ascensão à Presidência da Associação Brasileira das Entidades do

Meio Ambiente - ABEMA. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 103/87, que declara de Utilidade Pública a Associação de Senhoras de Rotarianos "Casa da Amizade", do Município de Chopinzinho. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 178/86, que aperfeiçoa alguns itens do Estatuto Estadual das Microempresas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão de Mattos Leão, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 146/87, que institui o estudo de prevenção contra a AIDS - Síndrome de Imunodeficiência Adquirida. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 152/87, que declara de Utilidade Pública a "Associação Paranaense das Senhoras dos Deputados Estaduais" desta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para a tramitação da Mensagem Governamental n. 58/87, que solicita a intervenção no Município de Mallet. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Senhor Secretário da Agricultura. Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para encaminhar, Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados. Não poderíamos, nesta oportunidade em nosso nome pessoal e porque não dizer também em nome da Comissão da Agricultura, da qual fazemos parte, e em nome do bloco parlamentar agropecuário, no qual por deferência de Suas Excelências, os Senhores Deputados Estaduais, estamos investidos na condição de coordenador, aproveitarmos a oportunidade que nos oferece, o Deputado Antônio Annibelli, Presidente da Casa, quando apresenta um requerimento onde solicita que todos nós aprovemos votos de louvores ao Secretário da Agricultura, Dr. Osmar Dias.

Fazemos isso, porque temos acompanhado na condição de Parlamentar desde a legislatura passada, membro também éramos da Comissão da Agricultura, temos acompanhado

como já dissemos, o trabalho do Dr. Osmar Dias à frente de funções públicas para as quais fora nomeado pelo então nosso eminente Governador, José Richa, lá permanecendo também durante o Governo de João Elísio Ferraz de Campos, e hoje, por indicação do atual Governador, está à frente da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Temos acompanhado, como já dissemos, o trabalho desse eminente Secretário de Estado, realmente voltado para os reais interesses do Estado do Paraná, com posições firmes, arrojadas, corajosas, muitas vezes é claro, melindrando até alguém, mas sempre com posições que vêm ao encontro dos interesses dos anseios do Paraná. Neste sentido basta vermos a solenidade de ontem no Palácio, quando Cz\$ 317 milhões foram na forma de contrato ou de protocolo de intenções de convênios melhor dizendo, foram firmados pelo nosso Governador, pelo Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, pelo Ministro Íris Rezende e por outras e diversas autoridades da esfera estadual e federal. São recursos que vêm ao Paraná para engrandecer ainda mais a nossa agricultura e a nossa pecuária. São recursos que vêm em hora muito boa, talvez um pouco até atrasados, mas que chegam ao Paraná, e se eles aqui estão chegando, isto é fruto do trabalho de todos nós é claro, mas em especial do trabalho do Dr. Osmar Dias à frente da Secretaria da Agricultura, levando a bom termo as propostas de Governo do nosso Governador Álvaro Dias. A prova maior de que o seu trabalho é reconhecido não só por nós, mas por todo esse nosso Brasil, é a reunião que hoje acontece na Cidade querida de Toledo, do nosso eminente Deputado Sabino Campos, que para lá se deslocou trata-se da reunião de todos os Secretários de Estado da Agricultura, deste País, no qual as questões ligadas à nossa agricultura e à nossa pecuária estão sendo discutidas aqui, dentro do Paraná, o grande celeiro deste País.

Se isto aconteceu, se isto está acontecendo, e se isto haverá de acontecer outras vezes mais, nós o devemos ao Governador do PMDB que aí está instalado, ao nosso Governador Álvaro Dias, muito e especialmente ao nosso eminente Secretário da Agricultura, Dr. Osmar Dias, que neste momento será por nós homenageado, com a aprovação do requerimento proposto pelo Deputado Antônio Annibelli. Este requerimento tem o nosso apoio, tem o nosso voto, e esperamos que, da mesma forma, de todos os Parlamentares com assento nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Continua em votação o requerimento. Deputados que aprovam, permaneçam como

estão. Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Queria que ficasse registrado meu voto contrário, devido ao compromisso público do Secretário Osmar Dias contra o problema maior do Estado do Paraná, que é a questão agrária.

Portanto, fica registrado meu voto contrário a este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está devidamente anotado o voto contrário do Deputado Pedro Tonelli.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e a todos os Secretários de Estado, encarecendo o pagamento do abono salarial e da perda salarial aos servidores públicos paranaenses. Em discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Para discutir, concedo a palavra ao Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Apenas para justificar que a Bancada do PMDB vota favoravelmente a esse requerimento, Senhor Presidente, porque, para alegria nossa e dos servidores públicos do Paraná o Governo do Estado do Paraná é o único no País que continua pagando os gatilhos salariais como reposição ao servidor público, razão pela qual nossa Bancada tem plena consciência de que o Governo do Estado, no limite orçamentário, tem feito o possível e o impossível, para que o servidor público do Paraná não fique com defasagem em seus vencimentos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Continua em discussão. Em votação. Deputados que aprovam o requerimento continuem como estão. Rejeitado.

O SR. PEDRO TONELLI (Eduardo Baggio) - A Mesa defere e irá proceder à verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

O SR. ANTÔNIO BELINATI (Pela Ordem) - Senhor Presidente. Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Mesa defere e fará a chamada nominal. Solicita ao 1º Secretário que faça a chamada dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

Senhor Presidente, responderam a chamada nominal trinta e seis Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Trinta e seis Deputados responderam a chamada. Há quorum para deliberação. Os Deputados que aprovam o Requerimento do Deputado Pedro Tonelli queiram levantar-se. Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se. Nove Senhores Deputados aprovam e vinte e dois rejeitam. Está rejeitado o requerimento.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da ACARPA, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo informações sobre a Comissão de Sindicância que opinou sobre o fechamento da ACARPA, no Município de São João do Triunfo. Em discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Para discutir Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo informações sobre qual o programa de aplicação das verbas provenientes do Convênio MEC/BIRD, para os exercícios de 1984, 1985, 1986 e 1987. Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro da Agricultura e da Fazenda, manifestando desagrado com os novos preços mínimos agrícolas. Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando o arquivamento do

Projeto de Lei n. 157/87, que declara de utilidade pública a "Associação de Senhores de Rotarianos de Figueira", no Município de Figueira. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR S/A, encarecendo a instalação de um posto de serviço nos bairros de Guaporé, Cruzeirozinho e Santos Anjos, no Município de Formosa do Oeste. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do BANESTADO, por intermédio da Secretaria das Finanças, viabilizando a implantação de um posto avançado do referido Banco, no Distrito de São João, no Município de Altônia. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes viabilizando a implantação de anti-pó, nas estradas que margeiam o Rio do Nunes, no Município de Antonina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo a destinação de um ônibus para o transporte de estudantes, no Município de Xambrê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Habitação, encarecendo a recuperação das unidades do Conjunto Habitacional II, do Município de Umuarama. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo a destinação de um ônibus, para transporte escolar, para o Município de Pérola. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, viabilizando a pavimentação asfáltica da estrada que liga o Município de Morretes às localidades de América de Baixo - América de Cima. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expe-



diente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo a reforma da Escola São Cristóvão - Ensino de 1º e 2º Grau, no Conjunto COHAPAR II, no Município de Umuarama. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Ação Social, viabilizando a ampliação da creche do Conjunto Habitacional COHAPAR II, no Município de Umuarama. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Prefeito Municipal de São João do Triunfo, encarecendo a implantação do sistema AIS (Ações Integradas de Saúde). **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo informações sobre o montante de recursos passados às escolas municipais e estaduais do Município de São João do Triunfo. **Em votação.**

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Diretor da ACARPA, por intermédio da Secretaria da Agricultura, e Senhor Prefeito Municipal de São João do Triunfo, encarecendo a reativação do escritório da ACARPA, naquele Município. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Prefeito Municipal de São João do Triunfo, viabilizando a agilização na construção do Posto de Saúde, na Comunidade de Coxilhão do Meio, naquele Município. **Em votação.**

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COHAPAR, por in-

termédio da Secretaria de Política Habitacional, viabilizando a isenção de pagamento da taxa de transferência de imóvel, de um mutuário para outro. **Em votação.**

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo a inclusão no projeto "Mutirão Escolar", o Município de Cianorte. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário da Segurança Pública e Delegado Chefe do Departamento de Polícia Civil, encarecendo a criação da delegacia de Polícia do Município de Cianorte. **Em votação.**

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação do trecho Indianópolis - Distrito de São Manoel - PR-466, ligando município de Paranavaí. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário da Segurança Pública e Chefe do Departamento de Polícia Civil, encarecendo a criação da Delegacia regional no município de Cidade Gaúcha. **Em votação.**

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Senhor Juiz de Direito Aldemar Venâncio, Martins, da Comarca de Cianorte. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, viabilizando a nomeação dos professores que foram aprovados em concurso público para o magistério, no ano de 1985. Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo informações se existe algum projeto para construção do contorno rodoviário do Município de Londrina, qual a área exata, e se haverá desapropriação de casas populares. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando seja designado o dia 23 de setembro do corrente ano, para a entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao poeta Liberalino Stevan. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Elos Clube de Umuarama, pela comemoração do Dia do Elismo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Educação, viabilizando a criação da Universidade do Noroeste, abrangendo a Microrregião 11. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Senhor Jamil Helu, pela posse na Governadoria do Distrito L-21, do Lions Clube Internacional, no Município de Umuarama. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à nova diretoria da Associação dos Servidores Públicos Municipal, do município e Cruzeiro do Oeste. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Ação Social, encarecendo um auxílio financeiro para a entidade "Ação Comunitária Frederi-

co Ozanam da Sociedade de São Vicente de Paulo", nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, viabilizando a criação da Universidade do Norte Pioneiro. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Ação Social, encarecendo um auxílio financeiro para a Casa de Recuperação Nova Vida - CRENVI, desta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Ação Social, encarecendo um auxílio financeiro para o Lar Infantil Marília Barbosa, do Município de Cambé. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Bispo D. Agostinho José Sartori, por ocasião da instalação da Diocese do Município de Francisco Beltrão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Política Habitacional, viabilizando a construção de casas populares para atender aos policiais militares e civis nesta Capital e em diversos Municípios. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Ação Social, viabilizando a destinação de verbas para a construção de um Centro Social no Bairro Esperança, no Município de Planalto. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, viabilizando a construção de um trevo na PR-281, que liga os Municípios de Francisco Beltrão a Capanema, no local onde recebe o tráfego da PR-182, da ligação com o Município de Capitão Leônidas Marques. Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Adia-

-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, encarecendo que o mesmo interceda junto à SANEPAR, para que seja procedida a perfuração de um poço artesianos na localidade de São Francisco, no Município de Chopinzinho. Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem)- Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Diretoria da CESP - Companhia Energética de São Paulo, viabilizando a agilização dos reparos na ponte Inter-Estadual, que liga os Municípios de Carlópolis- Pr, e Fartura- SP. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública, encarecendo a locação de uma viatura para a Delegacia de Polícia do Município de Balsa Nova. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor do DER, encarecendo a conservação da estrada da Graciosa. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COHAPAR, por intermédio do Sistema Financeiro de Habitação, encarecendo a construção de 50 casas populares, no Município de Almirante Tamandaré. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COHAPAR, por intermédio do Sistema Financeiro de Habitação, encarecendo a construção de 50 casas populares, no Município de Rio Branco do Sul. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do IBGE, solicitando o atendimento do protocolo nº 3656/87, referente a dados sobre a emancipação do

Distrito de Ouro Verde, Município de Toledo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da SANEPAR, solicitando a implantação de rede de esgoto para o Município de Ibaiti. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando voto de congratulação à Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela instituição do Projeto Quinta Cultural. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro da Justiça e ao Ministro da Educação e Cultura, ao primeiro encarecendo maior punidade nos casos de imprudência no trânsito, e ao segundo sugerindo a inclusão nos cursos regulares de educação, de uma disciplina que ensine a conduta adequada no trânsito. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando votos de congratulações à Federação das Indústrias do Estado pela passagem do 43º aniversário. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Saúde, sugerindo o desenvolvimento de um programa de saúde pública visando a erradicação da amblíopia. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Equipamentos Rodoviários Ltda. CODIMAQ, pelo recebimento do Prêmio Destaque Indústria 87. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à ORDEPAR LTDA, pelo recebimento do Prêmio Destaque Indústria 87. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à SCHAUSE INDÚSTRIA MECÂNICA E ELETRÔNICA, pelo recebimento do Prêmio Destaque Indústria 87. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Federação Democrática Internacional de

Mulheres- FEDIM e ao Comitê de Mulheres Soviéticas, agradecendo a excelente acolhida que recebeu das respectivas entidades quando da realização do Congresso Mundial de Mulheres em julho do corrente ano, em Moscou- URSS. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem)- Solicito a Vossa Excelência, que encareça aos Líderes das Bancadas que indiquem os Parlamentares componentes da Comissão Parlamentar de Inquérito a respeito do Espor-te no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta mesa irá solicitar aos Senhores Líderes para que façam as devidas indicações.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 19, à Hora Regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 17/87, 19/87, 66/87, 85/87, 87/87 e 90/87,

e dos Projetos de Resolução n°s 31/87, 32/87, 33/87, 34/87, 35/87.

- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 178/86.

- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 370/84, 95/87, 126/87, 69/87, 152/87.

Marca ainda, uma Sessão Ordinária, para quinta-feira, dia 20, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n°253/85 e dos Projetos de Lei n°s 67/84, 61/87.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 72/87, 78/87, 96/87.

Levanta-se a sessão.